

Antônio José Sandmann

Morfologia **GERAL**

Novas palavras do Português no Brasil
Nomenclatura gramatical brasileira
Mecanismos de estruturação vocabular

Edição Comemorativa

Editora
UFPR

R E P E N S A N D O

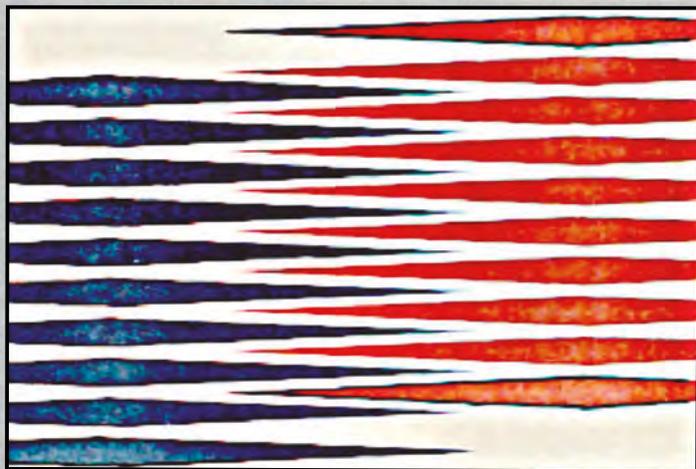
REPENSANDO A LÍNGUA PORTUGUESA

R E P E N S A N D O

MORFOLOGIA GERAL

NOVAS PALAVRAS DO PORTUGUÊS NO BRASIL
NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA
MECANISMOS DE ESTRUTURAÇÃO VOCABULAR

ANTÔNIO J. SANDMANN



LINGUÍSTICA
CONTEXTO

Antônio José Sandmann

Morfologia GERAL

Novas palavras do Português no Brasil
Nomenclatura gramatical brasileira
Mecanismos de estruturação vocabular

—•••••—
Edição Comemorativa

Editora
UFPR



Reitor

Ricardo Marcelo Fonseca

Vice-Reitora

Graciela Inês Bolzón de Muniz

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Leandro Franklin Gorsdorf

Diretor da Editora UFPR

Rodrigo Tadeu Gonçalves

Vice-Diretor da Editora UFPR

Alexandre Nodari

Conselho Editorial que aprovou este livro

Allan Valenza da Silveira

Angela Maria Hoffmann Walesko

Diomar Augusto de Quadros

Everton Passos

Fabricio Schwanz da Silva

Jane Mendes Ferreira Fernandes

Ida Chapaval Pimentel

João Damasceno Martins Ladeira

Fernando Cerisara Gil

Kádima Nayara Teixeira

Miguel Gualano de Godoy

Rúbia Carla Formighieri Giordani

Sérgio Luiz Meister Berleze

© Editora UFPR

MORFOLOGIA GERAL

Edição fac-similar

Conversão Digital
Rachel Cristina Pavim

Universidade Federal do Paraná. Sistema de Bibliotecas.
Biblioteca Central. Coordenação de Processos Técnicos.

S217m Sandmann, Antônio José, 1932-2017
Morfologia geral [recurso eletrônico] / Antônio José Sandmann.
– Dados eletrônicos. – [Curitiba] : Ed. UFPR, 2020.
1 arquivo [79 p.].
Edição fac-similar.
Inclui referências: p. [77]-79.
e-ISBN 978-65-87448-19-0

1. Língua portuguesa - Morfologia. 2. Língua portuguesa - Formação das
palavras. I. Título.

CDD: 469.5
CDU: 806.90-3(81)

Bibliotecário: Arthur Leitis Junior - CRB 9/1548

ISBN (Digital) 978-65-87448-19-0
Ref. 1007

Direitos desta edição reservados à

Editora UFPR

Rua Ubaldino do Amaral, 321
80060-195 - Curitiba - Paraná - Brasil
www.editora.ufpr.br
editora@ufpr.br

2020


Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Copyright © 1991 Antônio José Sandmann
Coleção: REPENSANDO A LÍNGUA PORTUGUESA
Coordenador: Ataliba Teixeira de Castilho
Projeto de Capa: Sylvio de Ulhoa Cintra Filho
Ilustração de Capa: Detalhe alterado de *Alternado II*, de Hermelindo Fiaminghi, 1956.
Revisão: Maria Aparecida Monteiro Bessana
Luiz Roberto Malta
Composição: Veredas Editorial
Impressão: DAG Gráfica e Editorial Ltda.

**Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Sandmann, Antônio José.
Morfologia geral / Antônio José Sandmann. – São Paulo: Contexto, 1991. – (Repensando a língua portuguesa)

Bibliografia.

1. Português – Morfologia I. Título. II. Série

ISBN 85-85134-88-7

90-2262

CDD-469.5

Índices para catálogo sistemático:

1. Morfologia: Português: Lingüística 469.5

1991

Proibida a reprodução total ou parcial.

As infrações serão processadas na forma da lei.

Todos os direitos reservados à

EDITORA CONTEXTO (Editora Pinsky Ltda.)

Rua Acopiara, 199

05083 – S. Paulo – SP

Fones: (011) 832-5838

Fax: (011) 832-3561

SUMÁRIO

O Autor no Contexto	7
1. O QUE ESTUDA A MORFOLOGIA?	9
<i>Lingüística do texto</i>	10
<i>Sintaxe</i>	11
<i>Fonologia</i>	14
<i>Morfologia</i>	15
2. MORFOLOGIA LEXICAL X MORFOLOGIA	
FLEXIONAL	23
“ <i>Derivatio voluntaria</i> ” x “ <i>derivatio naturalis</i> ”	23
A existência de lacunas	24
O supletivismo	25
Palavra e forma vocabular	26
Lexicalização ou idiomatização	26
Aspectos estilísticos	27
Criatividade e produtividade	27
Ordem de ocorrência	28
Aspectos lexicográficos	29
A cumulação	29
Aspectos sintáticos	30
Dificuldades de classificação	31
<i>O morfema de grau</i>	32
Lexicalização ou idiomatização	33
Aspectos estilísticos	34
Aspectos lexicográficos	34
Estrutura sintática	35

O morfema de gênero do substantivo	36
Algumas distinções	41
Uma comparação	42
3. A MORFOLOGIA NA NGB	46
<i>Alguns reparos</i>	47
<i>O advérbio é palavra variável ou invariável?</i>	49
4. MORFONOLOGIA	50
<i>Mudanças fonologicamente motivadas</i>	51
Elisão	51
Crase	52
Ditongação	52
Haplologia	53
<i>Mudanças morfológicamente motivadas</i>	54
<i>Mudanças na base ou no radical</i>	56
<i>Mudanças no afixo ou flexão</i>	57
<i>Processos produtivos e improdutivos</i>	59
5. SINTAXE DA PALAVRA	60
<i>Composição</i>	62
Compostos copulativos	62
Substantivo composto copulativo	62
Adjetivo composto copulativo	64
Compostos determinativos	65
Compostos de S + S vernáculos e não-vernáculos ...	66
Compostos de V + S	67
Compostos de S + A e A + S	68
Compostos de S + NUM e NUM + S	68
Compostos de S + de + S	69
<i>Derivação</i>	69
Prefixação x sufixação	70
Derivação parassintética	73
Derivação regressiva	74
<i>Cruzamento vocabular</i>	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

O AUTOR NO CONTEXTO

Antônio José Sandmann é de Três Arroios, município de Erechim, estado do Rio Grande do Sul. Coursou primário e secundário no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, acabando por fixar-se na capital paranaense, onde fez seus estudos universitários. Formado em filosofia, direito e letras, acabou sendo professor de português em vários colégios particulares e estaduais e diretor do Colégio Martinus durante seis anos. Desempenhou também funções burocráticas na área da Secretaria da Educação do Paraná.

Em 1971, dez anos depois de formado, começou sua carreira na Universidade Federal do Paraná, fazendo concurso para auxiliar de ensino. Em 1981 terminou o curso de mestrado em língua portuguesa na Universidade Católica do Paraná, defendendo a tese "Análise e Crítica da Classificação Tradicional e Construtural dos Coordenativos". O doutorado foi iniciado dois anos depois, na Universidade de Santo Alberto Magno, na cidade de Colônia, Alemanha. Três anos foram necessários para concluir essa meta, sendo que a tese tinha o nome de "Formação de Palavras no Português Brasileiro Contemporâneo".

De volta ao Brasil no fim de 1986, Sandmann recebeu, pouco tempo depois, a notícia de que havia vaga para professor titular de língua portuguesa. Sem deixar esfriar as máquinas, atacou o novo desafio, vencido em setembro de 1988, defendendo tese sobre o tema "Competência Lexical: Produtividade, Restrições e Bloqueio".

A morfologia, como se vê, principalmente a morfologia lexical, que ele prefere chamar de formação de palavras, expressão

mais simples e mais transparente, é e continua sendo seu principal campo de estudos, sobre o qual escreveu, também, já vários artigos e está preparando outros.

Uma boa oportunidade de aplicar e divulgar os estudos feitos é o presente volume da série “Repensando a Língua Portuguesa”, o qual será sucedido em breve por um segundo: “Morfologia Lexical”.

O que já aconteceu, o que acontece e o que ainda pode acontecer em termos de formação de palavras é, sem dúvida, um campo de pesquisa extremamente estimulante. “No princípio era a palavra.” (Jo, 1.1), diz o hagiógrafo. Na verdade, a palavra é nossa companheira de todas as horas.

ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

A	- adjetivo.
ADV	- advérbio.
Aurélio	- Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.
DM	- determinado, núcleo do vocábulo complexo.
DT	- determinante, adjunto do vocábulo complexo.
<i>Folha</i>	- jornal <i>Folha de S. Paulo</i> .
<i>Gazeta</i>	- jornal <i>Gazeta do Povo</i> .
NGB	- Nomenclatura Gramatical Brasileira.
NUM	- numeral.
S	- substantivo.
V	- verbo.

Coordenador:

O QUE ESTUDA A MORFOLOGIA?

O analfabeto político

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia política. Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, o assaltante e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e lacão das empresas multinacionais.

Bertolt Brecht

Para destacar melhor o que, para nós, é objeto de estudo da morfologia, apresentamos o texto acima, do qual nos vamos servir para expor, primeiramente, o que estudam alguns segmentos centrais dos estudos lingüísticos, como a lingüística do texto, a sintaxe e a fonologia, e, em seguida, o que estuda a morfologia. É claro que o que será exposto, principalmente sobre os três primeiros campos dos estudos lingüísticos acima citados, a saber, lingüística do texto, sintaxe e fonologia, será apenas uma pequena

amostra do que estudam essas disciplinas, com o intuito, aliás, de delimitar mais acuradamente o que cabe à morfologia investigar.

LINGÜÍSTICA DO TEXTO

Tradicionalmente os estudos lingüísticos se mostravam muito preocupados com o estudo dos sons, das palavras ou das frases tomados isoladamente. Nas últimas três décadas, no entanto, esses estudos se voltaram também para o estudo da unidade maior, do texto, que é, aliás, como diz Koch (1989:14), “a unidade básica de manifestação da linguagem”. Fonemas, morfemas ou palavras e frases, embora também depreensíveis como unidades distintas, são, na verdade, componentes da unidade maior, que é o texto. Qual é, pois, o objeto de investigação da lingüística do texto? Demos a palavra a Marcuschi (1986:12s.): “Seu tema abrange a *coesão superficial* ao nível dos constituintes lingüísticos, a *coerência conceitual* ao nível semântico e cognitivo e o sistema de pressuposições e implicações ao nível pragmático da produção do sentido no plano das ações e intenções.” Em suma, a lingüística do texto investiga o que faz com que uma seqüência de fonemas, palavras e frases seja um texto, seja uma unidade, um todo coeso e coerente.

Vejam os aspectos que dão ao texto apresentado acima coesão e coerência. A coesão se manifesta, por exemplo, pelo pronome *ele*, que inicia a 2ª e a 3ª frases. A quem se refere esse *ele* ou que unidade anterior substitui? *Ele*, como elemento anafórico, a saber, como elemento que mostra para trás, aponta para analfabeto político, que ocorre no título e no final da primeira frase. Da mesma forma está ligado a *analfabeto político* o sintagma-sujeito da 5ª frase *o imbecil*. Como se vê, os elementos destacados, estabelecendo relações entre elementos de uma frase e ou-

tra, dão conjunto ou unidade, embora ainda superficial, à seqüência de frases de “O analfabeto político”. Conjunto ou unidade mais profundos advêm dos elementos que dão coerência ao texto. No texto em estudo chama especialmente a atenção a afirmação inicial “O *pior* analfabeto é o analfabeto político.”, afirmação que o autor quer e vai ter de provar. E como é que ele consegue isso? É mostrando que o orgulho do analfabeto político, que se gaba de ignorar a política, é, na verdade, um falso orgulho, é burrice ou imbecilidade, pois ele se prejudica a si mesmo. O abster-se de envolvimento com a política, o ignorar a política é, de fato, ignorância, pois isso faz com que os maus políticos tirem proveito da política às custas dos que dela tomam distância, é atitude estúpida de avestruz, que esconde a cabeça na areia, pensando poder fugir, assim, do inimigo perseguidor. E isso é demonstrado pelo autor, frase por frase, em crescendo contínuo. Coesão e coerência, elementos, respectivamente, mais superficial e profundo, são aspectos, dentre outros (vide citação acima de Marcuschi), que fazem com que um texto seja um texto, tenha unidade, tenha textualidade.

SINTAXE

A sintaxe é tradicionalmente a parte da gramática que estuda a combinação de palavras ou sintagmas para formar frases, bem como a função dessas palavras ou sintagmas dentro da frase, tendo sido, como tal, tomada como a parte central dos estudos gramaticais quando não foi com eles confundida.

Mas vamos a uma definição de sintaxe oferecida por Matthews (1981:1), que traduzo:

O termo *sintaxe* vem do grego antigo *syntaxis*, substantivo verbal que literalmente significa 'arranjo' ou 'colocação junto'. Tradicionalmente ele se refere ao ramo da gramática que se ocupa com os meios pelos quais palavras, com ou sem flexões apropriadas, são combinadas para mostrar conexões de sentido dentro de frases.

Salta aos olhos que aquilo que foi dito no item anterior ser objeto da lingüística do texto, isto é, a combinação de frases para formar um texto coeso e coerente, poderia ser incluído, em certo sentido, em estudos sintáticos. Da mesma forma, como vamos ver no item Morfologia, a combinação de radicais com flexões ou de bases com afixos ou ainda de mais de uma base para formar compostos, produzindo palavras flexionadas ou complexas, caberia em certo sentido dentro de estudos de sintaxe. Em todos esses processos têm-se um *combinar*, um *pôr junto* unidades menores para formar unidades maiores. Mas é evidente, como vimos na seção anterior e como se verá na seção Morfologia, que o campo de estudo da lingüística do texto e o da morfologia não se exaurem no aspecto da combinação de unidades menores para formar unidades maiores nem no das funções que unidades menores exercem dentro de unidades maiores. Parece, além disso, que há vantagem em manter a divisão tradicional, pois, como diz Matthews (1981:XIX), “esses campos são importantes demais e seus métodos específicos demais para que sejam tratados como parte de um livro que trata basicamente de relações entre sintagmas e cláusulas”.

Vamos, pois, destacar alguns aspectos de nosso texto “O analfabeto político” que são tradicionalmente abordados pela sintaxe. O título é formado por um sintagma nominal cujo núcleo é o substantivo *analfabeto*, de gênero masculino e número singular, propriedades que são transmitidas, pelo processo chamado *concordância*, aos adjuntos do sintagma, o artigo *o* e o adjetivo *política*. Se, em vez de *analfabeto*, tivéssemos *analfabeta*, tería-

mos *a* e *política* (*a analfabeta política*), e, se tivéssemos *analfabetos*, teríamos *os* e *políticos* (*os analfabetos políticos*). No segundo segmento maior do nosso texto (Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos) temos uma coordenação de orações, coordenadas porque uma não é complemento sintático da outra, porém inter-relacionadas porque de mesmo sujeito, o pronome *ele*, o qual, por sua vez, em função anafórica, aponta para ou substitui *analfabeto político*, que ocorre no segmento anterior. Mais complexo é o relacionamento no terceiro segmento: Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. Temos, primeiramente, uma relação de dependência ou subordinação: *Ele não sabe* é a oração principal e *que o custo de vida... das decisões políticas* é uma oração subordinada, denominada, na metalinguagem da gramática tradicional, *oração subordinada substantiva objetiva direta*, porque em função de objeto direto em relação com a principal – poderíamos substituí-la por *isso*: *Ele não sabe isso*. Dentro do segmento que denominamos “oração subordinada substantiva objetiva direta”, por sua vez, há dois níveis de coordenação: no primeiro nível estão coordenados *o custo de vida* com o restante da frase: *o preço do feijão... das decisões políticas*, sendo que num segundo nível estão coordenados *do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio*.

Para encerrar o que pretende ser apenas uma amostra do que caberia à sintaxe estudar no texto “O analfabeto político”, apresentamos ainda alguns verbos em sua relação com os demais elementos da frase. *Ouve e fala*, por exemplo, têm, no texto em estudo, sujeito (ele) e um adjunto adverbial (não). *Participa* tem sujeito (ele), adjunto adverbial (nem) e um complemento ligado a ele obrigatoriamente pela preposição *de*: *dos acontecimentos políticos*. *Sabe*, finalmente, liga-se ao complemento (que o custo de vida...) sem preposição. *Ouve e fala*, por dispensarem comple-

mento, são chamados verbos intransitivos. *Participa* e *sabe*, por não dispensarem complemento, denominam-se verbos transitivos, sendo que *participa*, tendo em vista que exige após si a preposição *de* para com ela unir-se ao complemento, é verbo transitivo indireto, e *sabe* é verbo transitivo direto, pois se une ao complemento diretamente, isto é, sem preposição. Na linguagem da gramática de dependência ou valência, de Tesnière, *ouve* e *fala* seriam verbos monovalentes, pois exigem apenas a companhia de sujeito, já *participa* e *sabe* seriam bivalentes, pois, além de sujeito, requerem um complemento, o objeto indireto ou direto, respectivamente.

FONOLOGIA

Com Lass (1984:1) definimos fonologia como “a subdisciplina lingüística que se ocupa ‘dos sons da linguagem’, ou mais especificamente da função, comportamento e organização dos sons enquanto itens lingüísticos”. Como tal, ainda segundo Lass, ela “se opõe à fonética, que é um estudo mais ‘neuro’ dos sons em si mesmos enquanto fenômenos do mundo físico e das propriedades fisiológicas, anatômicas, neurológicas e psicológicas dos seres humanos que os produzem, isto é, a fonologia é ‘lingüística’ no sentido em que sintaxe, morfologia e semântica em sentido mais amplo o são”.

Focalizando o texto apresentado no início deste capítulo, “O analfabeto político”, teríamos a título de ilustração do que cabe à fonologia estudar o caso de palavras como *fala*, *sabe*, *farinha*, *peito*, que, tendo substituído o segmento fônico inicial, dariam origem a outras palavras: *cala*, *cabe*, *varinha* e *jeito*, por exemplo, donde se conclui que esses segmentos iniciais têm uma função essencial, isto é, são elementos distintivos, chamados fonemas. Partindo para unidades maiores, por exemplo para a frase “O pior

analfabeto é o analfabeto político”, não deixa de ter implicações para o que se quer comunicar o fato de, por exemplo, fazermos uma pausa depois do adjetivo *pior* ou de pronunciá-lo com elevação da voz ao invés de produzi-lo sem esses traços enfatizantes. Se tomarmos, agora, o texto todo, chama a atenção o fato de o título e quase todas as frases terminarem com a palavra *político/política* (a última frase, embora não termine com essa(s) palavra(s), contém no seu interior o adjetivo *político* e o substantivo *político*). Não será naturalmente um fato neutro ou sem conseqüências para a mensagem se se pronunciarem essas palavras com especial ênfase, que pode advir de uma produção mais pausada, em tom mais elevado e, eventualmente, até de um abaixamento inesperado do tom da voz. Efeitos da mesma natureza se conseguiriam com leitura bem destacada de *tão burro* e com leitura em tom mais alto e mais forte de *imbecil*, principalmente, neste último caso, depois de uma leitura em tom mais baixo e mais fraco da seqüência anterior *não sabe*. Bastem esses destaques dentre o muito que caberia a uma análise fonológica do texto em estudo considerar.

MORFOLOGIA

Inicialmente um pensamento oportuno de Huddleston (22):

As duas unidades básicas da sintaxe são a sentença e a palavra. A sentença é a unidade maior da sintaxe: quando nos movemos para cima, além da sentença, passamos da sintaxe para a análise do discurso; a palavra é a unidade menor da sintaxe: movendo-nos para baixo, além da palavra, passamos da sintaxe para a morfologia.

Já segundo Matthews (1974:154):

Tradicionalmente, a morfologia estuda a *estrutura interna* das palavras e suas relações com outras palavras dentro do paradigma. A sintaxe, por sua vez, se ocupa com suas funções exteriores e com sua relação com outras palavras no interior da sentença.

Como o enfoque do objeto de estudo da morfologia é a preocupação central do presente capítulo, vamos deter-nos um pouco mais no que caberia a essa subdisciplina lingüística considerar no texto “O analfabeto político”.

Se revirmos o que a sintaxe e a lingüística do texto consideraram em nosso texto de análise, podemos concluir que elas se ocupam, em níveis e sob aspectos diferentes, das relações sintagmáticas. A sintaxe, por exemplo, ocupa-se das diferentes funções dos sintagmas que compõem a frase (sujeito, predicado, complemento, predicativo, adjunto) ou das relações dentro dos sintagmas (num sintagma nominal temos, exemplificando, núcleo e adjunto). Os fenômenos da concordância e da regência são também aspectos a considerar dentro do eixo sintagmático, a saber, da sintaxe. Agora um pronome pessoal como *ele*, que aponta para um substantivo que ocorreu anteriormente, é um elemento que empresta coesão a um texto e, como tal, também estabelece uma relação sintagmática ou do eixo horizontal da linguagem.

É igualmente um fato do eixo sintagmático a apresentação ordenada e sistemática dos argumentos que embasam uma afirmativa que se fez, emprestando coerência a um texto.

Já a morfologia encontra seu objeto de estudo nas relações paradigmáticas ou do eixo vertical da linguagem, nas relações que se podem estabelecer entre elementos que não estão todos simultaneamente presentes numa frase ou texto. Se dissermos, por exemplo, que em “Ele não ouve, não fala, nem participa dos

acontecimentos políticos”, *ouve, fala e participa* são predicados, exercem a função de predicar, estaremos falando de relações entre elementos presentes na mesma seqüência: ser predicado é uma função que se atribui a um verbo em sua relação com um sujeito, no caso o pronome *ele*. Se, agora, observarmos que as três palavras que exercem a função de predicado têm em comum o fato de receberem flexões exclusivas dessas palavras, isto é, se conjugam, e as incluirmos, conseqüentemente, numa mesma classe, a classe dos verbos, estaremos estabelecendo relações paradigmáticas.

Talvez o que se está querendo expor fique mais claro se transportarmos a frase acima para o passado (Ele não ouviu, não falou, nem participou) ou para o futuro: Ele não ouvirá, não falará, nem participará. As relações que naturalmente saltam aos olhos entre *fala, falou e falará* ou entre as diferentes formas dos outros verbos são relações entre elementos não-presentes na mesma seqüência ou no mesmo sintagma, ou, como diria Jacobson (1971:40), invocando Saussure, “(...) o segundo (modo de arranjo) une os termos *in absentia* como membros de uma série mnemônica virtual”. Chamamo-las, pois, relações paradigmáticas, relações entre elementos ausentes, entre elementos lexicais que integram o estoque de unidades que é o léxico. Classificar essas palavras como verbos, dizer que se conjugam, isto é, que podem receber flexões próprias e exclusivas da classe de palavras chamada *verbo*, levantar o possível rol dessas flexões verbais é exemplo do objeto que cabe à morfologia investigar.

Poderíamos lembrar aqui também que a concordância é um fato da sintaxe e é estudada por ela, mas o como a concordância se realiza, quais os meios, que tipos de flexões são utilizados é tarefa da morfologia. O mesmo se pode dizer da regência. Ela é um fato da sintaxe. Agora, se ela se realiza com ou sem preposição ou com flexões de caso como no latim e no alemão é assunto da morfologia.

Classificar ou dividir as palavras por propriedades que são

próprias ou exclusivas de determinado grupo delas tem sido uma preocupação típica da morfologia. Mas classificar as palavras de acordo com critérios preestabelecidos, principalmente invocando apenas um critério, não tem sido uma tarefa fácil. Se invocarmos o critério morfológico ou formal, dividiremos as palavras do português em dois grandes grupos: palavras variáveis e palavras invariáveis. As variáveis poderão ser divididas em palavras que recebem flexões de gênero e número (o substantivo, o pronome e o adjetivo) e em palavras que recebem flexões de pessoa e número, tempo, modo e aspecto: o verbo. Logo se vê a precariedade desse critério: preposição, conjunção e advérbio, palavras invariáveis, ficam num mesmo bolo. Seria o caso, por exemplo, das palavras *e* (do sapato e do remédio) *tão* (tão burro), *que* (tão burro que se orgulha) e *não* (não ouve) do nosso texto “O analfabeto político”. Por outro lado, esse critério não nos permite distinguir o adjetivo do substantivo pela flexão de número. Em nosso texto ocorrem, por exemplo, o adjetivo *político* (o analfabeto político) e o substantivo *político* (o político vigarista), que o uso apenas do critério morfológico da flexão não permite distinguir.

Distinguir as palavras pelo critério semântico também leva a impasses. As gramáticas normativas tradicionais costumam dizer, por exemplo, que “adjetivo é a espécie de palavra que serve para *caracterizar* os seres ou os objetos nomeados pelo substantivo (...)” (Cunha, 1976:170). Se em nosso texto de análise isso é verdadeiro de *político* referido a *analfabeto* (*o analfabeto político*), ou referido a *acontecimentos* (dos acontecimentos políticos), de *vigarista* referido a *político* (o político vigarista), não é menos verdade dos substantivos *lacaio*, *analfabeto* e *bandido*, que, ao mesmo tempo em que designam seres (Cunha, 1976:121), os caracterizam. Dizer que verbos exprimem ações ou fatos (Cunha, 1976:253) – do nosso texto de análise isso vale de *fala* (ele não fala), por exemplo – não é menos verdade de substantivos como *regulagem* (a regulagem do motor), *fechamento* (o fechamento

das comportas) ou *ovada* (ele levou uma ovada na cabeça), ou de adjetivos como *enfanzante* (pronúncia enfanzante) e *intimidatório* (tática intimidatória). Dizer, finalmente, que verbos indicam estado (Cunha, 1976:253) também vale de adjetivos, por exemplo de *abandonado* (o menor abandonado), de nosso texto.

Um terceiro critério de classificação das palavras é o sintático ou funcional, o qual leva em conta a função da palavra ou sua distribuição na frase, critério hoje privilegiado pelos lingüistas. No texto “O analfabeto político”, a palavra *político* é adjetivo nos sintagmas *o analfabeto político, dos acontecimentos políticos, das decisões políticas, da sua ignorância política*, porque em função de adjunto adnominal dos substantivos-núcleos *analfabeto, acontecimentos, decisões e ignorância* e por sua distribuição ou ocorrência depois do substantivo. Já em *o político vigarista*, *político* é substantivo, porque núcleo do sintagma. O mesmo se pode dizer de *política*, parte do sintagma verbal *odeia política* em que *política* é o núcleo sem adjuntos do sintagma nominal-objeto direto *política*, palavra que significa “a arte ou ciência política”. Note-se que ao sintagma *o político vigarista* poderia corresponder *a política vigarista*, isto é, o feminino de *o político*, “a mulher, ou a profissional da atividade política”, unidade lexical não registrada pelo Aurélio mas que poderia perfeitamente ser formada, a exemplo de *a policial*, também não registrada pelo Aurélio, mas encontrada na *Folha*, de 2/2/90, p. F-4: “(...) uma muçulmana, uma policial, uma juíza (...)”. É claro que a distinção entre os três substantivos *o político* “o profissional da política”, *a política* “a mulher profissional da política” e *o político* “a ciência ou arte política” se baseia em critérios semânticos, não nos socorrendo o critério morfológico e, com dificuldade, o sintático. Aliás, o critério sintático, isto é, o da distribuição das palavras na frase leva a um número grande de classes de palavras. Bergenholtz & Schaefer (14), no livro que eles caracterizam de “tentativa” de classificar as palavras da língua alemã, listam cinquenta e uma classes e dizem:

Esse critério de distribuição deixa-se manusear mais ou menos conseqüentemente. Um sistema de classes de palavras desenvolvido segundo critérios distribucionais rigorosos teria possivelmente como resultado bem mais de cem classes de palavras.

Fatos como esse fazem com que se continue a utilizar, de maneira geral, mais de um critério, sendo que Mattoso Câmara (1973) diz, no verbete *classes de vocábulos*, entre outras coisas: “À divisão primária pelo critério semântico-formal (sic!), deve-se acrescentar uma divisão secundária pelo critério funcional.”

Mais alguns aspectos de nosso texto “O analfabeto *político*” que poderiam ser analisados pela morfologia: A sintaxe nos diz, por exemplo, que o adjetivo *político* tem as formas que exhibe nos sintagmas *analfabeto político*, *acontecimentos políticos* e *ignorância política* por causa da concordância nominal do adjunto com o núcleo do sintagma. Ora, a morfologia se preocuparia em fazer o levantamento das flexões de gênero e número do adjetivo no português. A morfologia perguntaria, por outro lado, que tipo de fenômeno fez com que *político*, em *o político vigarista*, se tornasse um substantivo (no português nós usamos corretamente *político* como substantivo, sendo que há numerosos derivados dessa palavra substantivada: *politicagem*, *politicastro*, *politiquilho*, etc.). Outra pergunta da morfologia seria a origem do substantivo *política* “a arte ou ciência política”. No caso anterior talvez se esteja diante de um fenômeno de conversão, sendo que neste é de se suspeitar tenha havido uma abreviação, a elipse, exemplificável em *a empregada doméstica* → *a doméstica*, *o guarda de segurança* → *o segurança*.

A morfologia, baseada na competência lingüística lexical, questionaria a relação das palavras de nosso texto *acontecimento* com *acontecer*, de *ignorância* com *ignorar*, de *assaltante* com *assaltar* e de *vigarista* com *vigário* e perguntaria que são e que

função têm esses elementos acrescentados no final dessas palavras, tornando-as mais longas, de sentido e comportamento diferentes. Outra questão seria verificar se esses elementos acrescentados, *-ante (-nte)*, por exemplo, são recorrentes no vocabulário da língua: *democratizar* → *democratizante*, *absorver* → *absorvente*, *ouvir* → *ouvinte*.

Como mais um exemplo de nosso texto focalizamos a palavra *multinacional*. Considerando que existem na língua a base *nacional* e outras palavras com a seqüência de fonemas ou sílabas *multi-* (*multitubular*, *multiangulado*, *multívago*, todas do Aurélio, e *multimídia*, da *Folha*, de 25/12/89, p.C-5), é o caso de perguntar o que é esse elemento *multi-*. O Aurélio considera-o um “elementos de composição”, um radical preso, pois não ocorre isolada e livremente na frase. Seria, no entanto, o caso de perguntar se não se trata de um prefixo, elemento que expressa uma idéia geral e se presta, como tal, à formação de palavras derivadas em série.

Questão essencial na morfologia e que nos ocupará no capítulo seguinte é a distinção entre sufixo ou sufixo derivacional e flexão ou sufixo flexional. Foi dito, por exemplo, que o *-s* de *políticos*, em *acontecimentos políticos*, e que o *-a* de *política*, em *ignorância política*, são flexões de número e gênero, respectivamente. *Político*, de *o político vigarista*, é um substantivo masculino. Se formarmos o correspondente feminino *política* “mulher profissional da política”, o *-a* também será flexão ou é sufixo, em outros termos, estamos diante de um processo flexional ou derivacional? Se dissermos que é um processo flexional, diremos que *política* é apenas forma vocabular diversa do mesmo lexema. Se dissermos que é um processo derivacional, estaremos dizendo que os substantivos *o político* “aquele que trata ou se ocupa de política” e *a política* “aquela que trata ou se ocupa de política” são lexemas ou unidades lexicais distintas. Contrariamente à Nomen-

clatura Gramatical Brasileira – NGB, a todas as gramáticas escolares tradicionais que temos consultado e autores como Zanotto (1986: 55ss.), Moneiro (1987: 66ss.), Macambira (1978: 18ss.) e Mattoso Câmara (1971: 53) somos de parecer que o feminino de substantivos, mesmo quando expresso apenas por *-a* (ministro – ministra, doutor – doutora), é sufixo ou sufixo derivacional e não flexão, desinência ou sufixo flexional. A propósito reportamos o leitor para o capítulo seguinte.

MORFOLOGIA LEXICAL X MORFOLOGIA FLEXIONAL

Temos como objetivo, neste capítulo, mostrar a diferença do objeto de estudo da morfologia lexical e da morfologia flexional, interessando, particularmente, mostrar, como afirmamos no final do capítulo anterior, por que o morfema *-a* de feminino dos substantivos, contrariamente ao dos adjetivos, não é flexão, porque o morfema de grau não é flexão, que há diferenças de função entre as flexões de número do substantivo e as do adjetivo e entre as flexões de pessoa e número do verbo, de um lado, e as de tempo, modo e aspecto, de outro. Uma comparação breve com o latim, o alemão e o inglês deverá trazer também algumas luzes para a percepção clara das colocações que se quer fazer.

“DERIVATIO VOLUNTARIA”

X

“DERIVATIO NATURALIS”

Após enfatizar que “a gramática greco-latina (...) não resolveu com nitidez e rigor o problema da decomposição mórfica do vocábulo” (1971:40), Mattoso Câmara (ib.: 48) destaca a felicidade das denominações *derivatio naturalis* e *derivatio voluntaria*,

do gramático latino Varrão, para, respectivamente, a morfologia flexional e a morfologia lexical.

Também achamos feliz a adjetivação do gramático latino e por isso a usamos no título desta seção.

Por que a derivação, o processo morfológico com que formamos palavras novas, pode ser chamada de *voluntária* e por que a flexão, o processo morfológico com que adaptamos um item lexical a um contexto, a uma sentença, pode ser chamada de *natural* ou, talvez mais propriamente, de *não-voluntária*?

A Existência de Lacunas

Na derivação encontramos numerosas lacunas: *trabalhar* – *trabalhador*, *lavrar* – *lavrador*, *carregar* – *carregador*, *vender* – *vendedor*, mas não *ensinar* – **ensinador*, *estudar* – **estudador*, por exemplo, porque os lugares já estão ocupados por *professor*, *mestre* *lente* e *estudante*. Os paradigmas flexionais, em contrapartida, são conjuntos completos ou fechados: todos os adjetivos conhecem uma forma masculina e feminina, singular e plural, e os verbos têm paradigmas conjugacionais completos, sendo que os verbos chamados *defectivos* devem essa situação à norma lingüística e não ao sistema. Fatores como *eufonia* ou *homotímia* fazem com que certas formas sejam evitadas, proibidas pela gramática normativa. Como, porém, não são um impedimento do sistema, elas aparecem vez ou outra, como *adéquam* (*Folha*, de 20/8/89, p. d'12: “E elas se adequam muito a mim.”), *abole* (*Folha*, de 2/1/90, p.A-1: “Governo abole na Romênia pena de morte.”) e *abolem* (*Folha*, 20/10/88, A-9: “Se nem as circunstâncias exigem, então, os impulsos abolem a reflexão.”) Quanto à flexão dos substantivos há, naturalmente, alguns fatos marginais: há os “*pluralia tantum*”: *férias*, *afazeres*, *parabéns*; palavras que no singular já têm *s* no final: *pires*, *ônus*, *vírus*; substantivos

não-contáveis: *vinho, arroz, feijão*. *Vinho, arroz e feijão* não são naturalmente não-contáveis quando se quer indicar diferentes espécies: *os vinhos* (do Rio Grande), *os arrozes, os feijões*. Há a destacar neste contexto o aspecto da produtividade da sufixação e da flexão. Ouçamos Matthews (1974:52):

A formação em *-less* situa-se na divisa entre a produtividade automática da formação do plural, pela qual qualquer *X* tem como produto *Xes* (salvo alguma causa geral em contrário), e o que vamos chamar de semiprodutividade da maioria das formações lexicais, pela qual novas palavras são formadas esporadicamente por processos criativos.

Como processos de formação lexical por sufixação bastante produtivos do português citaríamos a formação de substantivos em *-ção* a partir de verbos em *-izar* (potencializar – potencialização) e de substantivos/adjetivos em *-ista* a partir de nomes próprios de pessoas ou de substantivos que indicam linha política ou ideológica: *czarista, trotskista, capitalista*. Processo menos produtivo seria o de formações em *-aço*, significando “*manifestação ruidosa*”: *apitação, buzinaço, bandejaço, panelaço*.

O Supletivismo

Como os paradigmas flexionais soem ser completos, pode-se constatar neles o fenômeno do supletivismo, o que em português pode ser mostrado no verbo: *ser, sou, és, era, fui, fosse*, o que se constitui, aliás, numa cruz para o conceito de lexema, ou unidade lexical, pois normalmente esse termo compreende uniformidade semântica e formal, de significado e significante. O paradigma lexical, que não precisa exigir completitude, não apresenta esse fenômeno da suplementação.

Palavra e Forma Vocabular

Quando acrescentamos a uma palavra um sufixo flexional (casa – casas), estamos diante da mesma palavra, do mesmo lexema ou da mesma unidade lexical (extraímos o exemplo de Basílio, 11s.). *Casa* e *casas* são diferentes formas vocabulares do mesmo lexema, registrado nos dicionários sob a forma *casa*, considerada mais básica ou mais geral. Agora, se à base *casa* acrescentarmos *-inha*, teremos *casinha*, e se a essa nova base, complexa, acrescentarmos *-ola* ou *-oto*, teremos *casinhola* e *casinhoto*, *casinha*, *casinhola* e *casinhoto* constituindo novos lexemas ou novas unidades lexicais, registrados independentemente pelos lexicógrafos.

Lexicalização ou Idiomatização

As palavras formadas pela “*derivatio voluntaria*” sofrem, freqüentemente, o que se chama lexicalização ou idiomatização, isto é, elas passam por um processo de opacificação, que faz com que o todo não seja mais a simples soma das partes. *Casinha*, por exemplo, pode ser uma “casa pequena” ou uma “casa muito apreciada”, mas pode também ser sinônimo de “latrina, privada”. Ora, esse último significado é o lexicalizado ou idiomatizado. *Descamisado*, termo freqüente nas falas políticas do presidente Fernando Collor, não é simplesmente a “pessoa sem camisa”. É, segundo o Aurélio, “maltrapilho, roto, esfarrapado”, e não se esgota aí o seu significado. *Recepção* passou, de “ato de receber”, a significar “cerimônia, festa” e “seção de hotel ou repartição pública onde se recebem os hóspedes ou visitantes”, com os dois últimos significados lexicalizados ou idiomatizados. Não há o risco de acontecer o mesmo com o plural de *recepção* (*recepções*) ou de *casinha* (*casinhas*). Os morfemas acrescentados pela “*deriva-*

tio naturalis” deixam a palavra sempre transparente: *casinha* e *recepções* são apenas os plurais de *casinha* e *recepção*.

Aspectos Estilísticos

Temos observado que os sufixos derivacionais se prestam freqüentemente ao emprego estilístico, isto é, à expressão da emocionalidade, emprestando à mensagem maior força comunicativa, desempenhando o que Jacobson (127) chama de função poética da linguagem, função que não temos observado ser própria dos sufixos flexionais. Parece-nos ser difícil emprestar especial força expressiva à flexão de feminino do adjetivo, por exemplo: *bonito* – *bonita*, ou de pessoa e número do verbo: *trabalho*, *trabalhas*, *trabalham*. A isso se contraponham palavras derivadas como *pintador*, para significar “mau pintor”, *partidíssima* ou *campeoníssimo*, valorativos, *desprefeito* (capa da revista *Afinal* nº 145, de 9/6/87), para significar que o prefeito é mau, e *ideologóide* e *sociologóide* (*Folha*, de 8/5/87, p. 42), para estigmatizar o falso ou mau ideólogo ou sociólogo. Veja-se, a propósito, também, a força expressiva dos prefixos no seguinte texto, tirado da *Folha*, de 12/2/90, p. A-2: “(...) enquanto técnicos ou pseudotécnicos discutem se há ou não há hiperinflação, as pessoas comuns se debatem na hipoalimentação e na hiperangústia.”

Criatividade e Produtividade

A criatividade ou produtividade da “*derivatio voluntaria*” é um fato constante, ao passo que praticamente não há inovação no campo da “*derivatio naturalis*”. Criações interessantes, a meu ver, são: *saltito* (*Folha*, 8/2/90, p. A-2: “Hoje, José Sarney dará saltitos de alegria se conseguir presentear seu sucessor (...).”),

soldada (Folha, 5/12/89, p. D-3: "O comando da Polícia Militar do Pará decidiu punir (...) a soldada Rosana de Jesus (...).") e *intelectualóide* (Folha, 4/2/90, p. A-3: "(...) somos um bando de semi-analfabetos governado por uma elite de intelectualóides.").

Há, naturalmente, formações lexicais criativas ou expressivas e outras menos criativas, quase automáticas como a flexão. As que acabamos de citar são do tipo intermediário. Menos criativas seriam, por exemplo, sufixações com *-ista*: *ulyssista*, *brizolista*, *lulista* e *waldirista* ou com o sufixo *-ismo*: *ulyssismo*, *brizolismo*, *lulismo* e *waldirismo* – afinal qualquer candidato em qualquer eleição pode ter apoiadores ou adeptos, que serão *X-istas* e sua linha política ou programática será um *X-ismo* –, ou ainda com o sufixo formador de advérbios *-mente*: *descontraidamente* (Sandmann: 1989, 76), *incorporadamente* (Sandmann: 1989, 77) e *aleatoriamente* (Sandmann: 1989, 78). Mais criativas seriam *assumidésimo* (*O Estado de São Paulo*, de 18/2/89, Cad. 2, p. 2: o texto fala de casal que tinha assumido com entusiasmo a condição de marido e mulher), *candidatíssimo* e *candidatice* (Folha, 6/5/89, A-2: no texto "Candidaturas e candidatices" é dito que Jânio Quadros era *candidatíssimo* a presidente da República).

Ordem de ocorrência

Distinção de natureza mais superficial entre a sufixação e a flexão e por isso menos importante, a nosso ver, é a ordem de ocorrência na palavra: a flexão ocupa sempre a posição mais externa à direita. A seqüência será sempre: base – sufixo – flexão: *sem-vergonha* + *-ice* + *-s* = *sem-vergonhices*, *craque* + *-íssimo* + *-a* = *craquíssima*, *computador* + *-izar* + *-mos* = *computadorizamos* (no caso do sufixo usou-se a

forma comum de citação: *-izar*), *agendar* + *-mento* + *-s* = *agendamentos*.

Aspectos Lexicográficos

Os lexicógrafos dão tratamento bem diverso à "*derivatio voluntaria*" e à "*derivatio naturalis*". Como a flexão não cria novo lexema ou nova unidade lexical, uma das formas do lexema variável é escolhida, em geral a forma mais neutra ou genérica. No caso do adjetivo, variável flexionalmente em gênero e número, é o masculino singular (sólido). No substantivo, variável flexionalmente apenas em número, é o singular (pato, pata), no pronome, variável flexionalmente em gênero e número, é o masculino singular (nosso) e no verbo, variável flexionalmente em número e pessoa, tempo, modo e aspecto, é o infinitivo (radicalizar). Já as palavras derivadas são normalmente todas registradas, deixando-se de registrar, muitas vezes, por economia, as que são fruto de processos muito produtivos e que são semanticamente bem transparentes ou de significado facilmente recuperável. Exemplos de complexidade mórfica crescente: *problema* – *problemático* – *problematizar* – *problematização*; *instinuir* – *instituição* – *institucional* – *institucionalizar* – *institucionalização*. Há a considerar a propósito desse comportamento dos lexicógrafos que a palavra derivada é uma nova entidade ou forma entidade independente do estoque lexical ou de vocábulos memorizado ou memorizável pelo falante ou pelos falantes, o que não acontece com a palavra flexionada, atualização *concreta*, na frase, de uma unidade abstrata.

A Cumulação

Fato a que Matthews (1974:147) dá destaque é a *cumulação* (traduzo assim o termo usado por ele *cumulation*) de funções da

flexão verbal, fato que não é constatável nos sufixos. Em *potencializávamos*, por exemplo *-al* transforma o substantivo *potência* no adjetivo *potencial* (= 1 função), *-izar* faz do adjetivo um verbo: *potencializar* (= 1 função). Agora, as flexões *-va* e *-mos* acumulam, respectivamente, as funções de indicar tempo, modo e aspecto, e número e pessoa. No latim e no alemão, por outro lado, as flexões nominais de caso também são cumulativas: em *vir* e *Mannes* as terminações *-i* (*vir* – *vir*) e *-es* (*Mann* – *Mannes*) acumulam as funções de caso genitivo e número singular.

Aspectos Sintáticos

Aspecto que, no entanto, explica melhor e justifica os termos "*derivatio voluntaria*" e "*derivatio naturalis*", aplicados, respectivamente, à sufixação derivacional e à sufixação flexional, é o sintático. Por ser determinada por fatores sintáticos – a concordância, por exemplo –, é que se diz que a flexão é não-voluntária ou *naturalis*. Tendo, por exemplo, um adjetivo como *oligopollstico* (*Folha*, 30/1/90, p. A-3), serão fatores de concordância que determinarão sua forma na frase: *oligopollstico*, *oligopollstica*, *oligopollsticos* e *oligopollsticas*. A forma a ser usada dependerá, não da vontade do emissor, mas da forma do substantivo – na fonte acima citada ocorre o sintagma *práticas oligopollsticas*. Por isso a flexão é uma forma de derivação não-voluntária ou necessária.

Já a derivação sufixal é chamada de "*derivatio voluntaria*", porque a forma, com sufixo ou sem sufixo e, afinal, com que tipo de sufixo, é de livre escolha do emissor, isto é, não é determinada pela concordância ou por fatores sintáticos. Dizer-se, por exemplo, *retórica modernizante* é uma opção ao lado de *retórica que moderniza* ou outras formas. A forma escolhida não é fruto de regras sintáticas, antes de fatores pragmáticos, contextuais ou se-

mânticos, do que se quer dizer, afinal. Quando o articulista da *Folha*, de 5/12/88, p. D-3, empregou o feminino *soldada* ("O comando da Polícia Militar do Pará decidiu punir com oito dias de prisão a soldada Rosana de Jesus (...)."), essa escolha não se deveu a fatores gramaticais (sintáticos), mas a fatores culturais ou comunicacionais. Já a forma feminina do artigo definido *a* diante de *soldada* (a soldada) é imposição das regras sintáticas da concordância do artigo com o substantivo que lhe segue.

Dificuldades de Classificação

Uma última observação parece-nos oportuna ao concluirmos as ponderações feitas nesta seção, objetivando distinguir a "*derivatio voluntaria*" da "*derivatio naturalis*". Levadas por fatores superficiais, as pessoas tinham a baleia em conta de peixe. A análise dos técnicos mudou essa concepção e a baleia foi classificada como mamífero. No caso da classificação de uma palavra como uma unidade lexical autônoma ou como simples variante flexional de um lexema a coisa é às vezes difícil mesmo para o técnico. Trazemos a propósito um testemunho de Basílio (13): "Devemos considerar, digamos, *perdido* como uma forma do verbo *perder* ou como uma outra palavra? Essa equivale à questão de se devemos considerar o particípio passado como um caso de flexão ou um caso de derivação." Para o lexicógrafo essa questão é particularmente complicada. O Aurélio traz, por exemplo, como verbetes distintos do verbo, *folgado*, *apaixonado*, *cansado*, *lido*, e diz, imediatamente após o verbo, entre parênteses, que são particípios passados dos verbos *folgar*, *apaixonar*, *cansar* e *ler* e em seguida os classifica como adjetivos. *Começado* e *chateado*, por exemplo, o Aurélio não traz como adjetivos, o que é particularmente intrigante no caso de *chateado*, sem dúvida muito mais usado como adjetivo do que como particípio passado.

Também não é fácil distinguir muitas vezes entre uma conversão definitiva (verbo *poder* – substantivo *o poder*, plural *os poderes*) e uma substantivação eventual (verbos *trabalhar* e *estudar* – uso substantivado: *Estudar é melhor que trabalhar*). O exemplo dado permite uma decisão simples. *Estudar* e *trabalhar* não são substantivos, porque não permitem plural. *Poder* permite e permite até um diminutivo: *Que poderzinho mais efêmero!* Dúvida maior haveria em classificar *saber* como substantivo. Mas um uso no plural tira mais facilmente essa incerteza (*Folha*, 30/1/90, A-3: "(...) seus aparelhos, privilégios e saberes (...).").

O que se quer dizer, afinal – os exemplos poderiam ser multiplicados –, é que nem sempre é simples classificar as palavras, pô-las em gavetas pré-escolhidas e em que elas fiquem bem comportadas e acomodadas. Os fatos da linguagem são complexos e dinâmicos, mutáveis no tempo. Dois exemplos relacionados com o presente estudo: O substantivo *mente* é hoje sufixo adverbial, com seu significado bem alterado: *abertamente*, *modernamente*. A flexão de gerúndio *-ando* é hoje também sufixo. Em cartaz de centro acadêmico li: *alunos, formandos ou cursandos*, esta última, formação nova não registrada pelo Aurélio. Parece que na linguagem é preciso conformar-se com a inexistência, às vezes, de fronteiras bem definidas. Ao lado de exemplos caracterizáveis como representantes prototípicos de certas classes há fatos flutuantes e não bem caracterizados.

O MORFEMA DE GRAU

Alguns aspectos apresentados na seção anterior, "*Derivatio voluntaria*" x "*derivatio naturalis*", se prestam facilmente a

mostrar que o morfema de grau é sufixo derivacional e não flexional. Em Sandmann (1972:134ss.) esse assunto foi abordado mais exaustivamente. Pode-se constatar, aliás com satisfação, que, à exceção de gramáticas normativas tradicionais, provavelmente levadas a isso pelos descaminhos da NGB, o morfema de grau não é mais visto como uma flexão. Assim em Zanotto (1986:54ss.) e Monteiro (1987:65ss), possivelmente influenciados por Mattoso Câmara (1972:71ss.), que defendia com veemência a natureza derivacional de todos os sufixos de grau, quer no superlativo dos adjetivos (belíssimo), raro nos substantivos (estrelíssima) e menos raro nos advérbios (pertíssimo), quer no aumentativo e diminutivo dos substantivos (porcão, porquinho), adjetivos (bonitão, bonitinho) e no diminutivo dos advérbios (pertinho). Embora o que se disse em todas as subseções da seção 2.1, anterior, se aplique ao morfema de grau, restringimo-nos, por economia de espaço, a algumas delas, especialmente oportunas.

Lexicalização ou Idiomatização

São numerosos os exemplos de itens lexicais do português que apresentam morfema de grau, aumentativo ou diminutivo, esvaziado de sua função essencial de indicar tamanho grande ou pequeno. São exemplos de palavras lexicalizadas ou idiomatizadas: calção, facção, portão, calcinha, camisola, camiseta. A prova mais simples de que são formações não-transparentes, isto é, lexicalizadas, é que em geral aceitam o sufixo de semântica contrária: calçãozinho, facçãozinho, portãozinho, camisolão e até sufixo de mesma função de grau: portãozão, facçãozão, camisolinha, camisetinha.

Aspectos Estilísticos

Salta aos olhos de todo analista da língua portuguesa, especialmente em suas variantes informais, a enorme frequência de palavras complexas provindas de morfema de grau, com a função de expressar, mais do que o tamanho grande ou pequeno, emocionalidade, que pode ser de apreço ou despreço. Assim, dificilmente *mulherão*, *carrão* ou *timinho* e *mulherzinha* deixarão de expressar afetividade; no caso de *mulherão* e *carrão* preferencialmente valorativa, no caso de *mulherzinha* provavelmente depreciativa e no caso de *timinho* dependente de fatores contextuais: o time jogou bem e ganhou ou jogou mal e perdeu. O sufixo de grau se presta, na metalíngua de Jakobson (123ss.), especialmente ao desempenho das funções expressiva e apelativa centradas no emissor ou receptor, e menos da função referencial, centrada no objeto ou referente.

Aspectos Lexicográficos

Embora defendamos que toda palavra complexa provida de morfema de grau é uma unidade lexical nova ou independente da base, não defendemos a prática do registro de todas elas no dicionário, por mais abrangente ou completo que esse pretenda ser. Das palavras citadas no item anterior o Aurélio registra *carrão*, *mulherão* e *mulherzinha*, porém não *timinho*. Também não traz, por exemplo, *golzinho*, *queijinho*, *pastelzinho*. Excetuando *carrão*, a que o Aurélio atribui o significado lexicalizado de "instrumento de pescadores para puxar o barco para a terra", além do de "carro grande", não-lexicalizado, acho os registros que fez desnecessários, lembrando que *mulherão*, por mudar de gênero ao assumir o morfema de grau, talvez devesse ser registrado, advertindo ao mesmo tempo, porém, que esse processo de juntar sufixo,

de grau aumentativo masculino a substantivos de gênero feminino é fato cada vez mais generalizado: *frentão, calçadão, ofertão, casão, panelão, avenidão*, etc. Por outro lado, o emprego afetivo ou preferencialmente afetivo de palavra com morfema de grau também não é motivo para seu registro no dicionário. Se não, seria indesculpável o fato de o Aurélio não trazer, por exemplo, *timinho* e *golzinho*, citados acima. Essa questão se insere, afinal, na questão mais ampla de que o dicionário não precisa – aliás nem pode – conter todas as palavras com sufixo ou prefixo e mesmo compostos quando são formações transparentes. Alguns exemplos de palavras que o Aurélio não registra e que nem precisa registrar: *pasoliniano* (Folha, 17/2/90, p. F-1: de Pasolini), *auto-intitular-se* (Folha, 15/2/90, E-14), *teatrorólogo-presidente* (Folha 30/1/90, A-3: propósito de Vaclav Havel, novo presidente da Tchecoslováquia), *modernizante* (Folha, 31/1/90, A-2), *leizinha* (Folha 1/2/90, A-6: é depreciativo-irônica no contexto), *angulosidade* (Folha, 1/2/90, E-1), *prova-exibição* (Folha 1/2/90, D-1), *privatizável* (Folha, 1/2/90, B-2), *não-branco* (Folha, 15/2/90, E-14) e *não-conservação* (Folha, 20/2/90, G-4); veja mais sobre o prefixo *não-* em Alves [1987]).

Estrutura Sintática

Um fato me parece ainda e especialmente digno de registro nesta exposição de peculiaridades das palavras enriquecidas pelo morfema de grau. Por transferir normalmente a palavra-base para outra classe de palavras (esmiuçar – esmiuçamento; Folha, 8/2/90, A-3) ou para outra subcategoria da mesma classe de palavras (marmelo – marmeleiro), o sufixo é considerado o núcleo ou determinado do produto. *-Mento* faz, no exemplo acima, de *esmiuçar*, verbo, um substantivo, e *-eiro* faz do substantivo *marmelo* “fruta” outro substantivo, mas de semântica bastante diver-

sa: "árvore que dá marmelos". Em Back & Mattos (1972:357ss.) nossos sufixos derivacionais, exceto o de grau, são chamados raízes, porque ocupam o eixo do vocábulo, são o núcleo ou o sol do produto. O morfema de grau é, juntamente com nossos sufixos flexionais, chamado de sufixo e desempenha função de raio, planeta ou adjunto. Mas é feita uma diferenciação importante: o morfema de grau, por sua ausência não ser significativa, é chamado de sufixo facultativo, enquanto as flexões são consideradas sufixos obrigatórios, pois sua ausência é significativa. Exemplificando: em *livro* e *falava* a ausência, respectivamente, do *-s* significa fatalmente singular e 1ª ou 3ª pessoa do singular, em oposição ao plural *livros* e à 2ª pessoa do singular *falavas*; em *carro*, a ausência de *-ão* (carrão) ou *-inho* (carrinho) não é significativa, isto é, não significa necessariamente grau normal ou "carro que não é grande ou pequeno". O morfema de grau é, pois, adjunto ou determinante da palavra complexa. Contrariamente aos outros sufixos, que são raiz ou determinado, o sufixo de grau é raio ou adjunto, característica que compartilha com as flexões em geral. Por outro lado o morfema de grau se associa aos sufixos em geral chamados raízes por seu caráter de facultatividade. Em outras palavras poderíamos dizer que a presença ou ausência do morfema de grau não é condicionada por fatores sintáticos. A propósito dessa última consideração reportamos o leitor a Mattoso Câmara (1970:47ss.), pois nos dá, entre outras coisas, uma idéia da razão por que a gramática tradicional e a NGB consideram o morfema de grau uma flexão: em latim, o morfema de comparativo (*-ior*) e superlativo (*-issimus*) são, conforme a frase, exigência sintática.

O MORFEMA DE GÊNERO DO SUBSTANTIVO

Se a caracterização do morfema de grau como sufixo derivacional é, como mostramos na introdução da seção "O morfema de

grau", um fato generalizado entre os teóricos estudiosos da morfologia, o mesmo não se dá com o morfema de gênero do substantivo. Em Sandmann (1972:144), Mattoso Câmara (1970:79, 1971:59), Zanotto (1986:61) e Monteiro (1987:67), o morfema que indica feminino nos substantivos (paty – pata, doutor – doutora) é considerado flexão como o dos adjetivos (novo – nova, cru – crua). Mostrar, pois, que essa postura precisa ser revisada é proposta a ser apresentada nesta seção. Restringimo-nos a alguns aspectos, merecendo destaque os de natureza semântica.

Matthews (1974:46s.) diz que "nos substantivos o gênero é em princípio inerente a cada lexema individualmente" e que "masculino e feminino inerem (...) às próprias formas *primo* e *prima* (o autor fala dos exemplos italianos *cugino* e *cugina*). A escolha que faço entre *primo* e *prima*, quando vou me comunicar, é anterior à frase, a fatores de sintaxe de concordância, o que não acontece com o feminino do adjetivo: *primo simpático*, *prima simpática*. Por outro lado, a diferença que há entre "primo" e "prima", isto é, a indicação do sexo, é a mesma que há entre "avó" e "avó", "doutor" e "doutora", "conde" e "condessa", "herói" e "heroína", "rei" e "rainha", "embaixador" e "embaixatriz", "boi" e "vaca", "pai" e "mãe".

Em outras palavras, no paradigma lexical das palavras que indicam os pares de seres, animais ou humanos, masculinos ou femininos, *primo* está na mesma coluna que *avó*, *doutor*, etc. e guarda as mesmas distinções semânticas que estes em relação aos femininos *prima*, *avó*, *doutora*, etc. Neste sentido podemos dizer que são outros fatores, possivelmente de ordem cultural, que não os do sistema da língua que levaram à recente e crescente rejeição da forma *poetisa* e sua substituição por (*a*) *poeta* (*Folha 7/2/90*, E-2: "A poeta Ledusha (...).").

O léxico do português nos diz que "embaixatriz" é a "esposa do embaixador" e que "embaixadora" é "a titular de uma em-

baixada". Veja-se que essa diferença é semântica e não tem nada a ver com concordância sintática, o que já não se pode dizer da flexão de gênero do adjetivo em "embaixador brasileiro" e "embaixadora brasileira", mudança puramente mecânica, sem conteúdo semântico.

Observe-se, por outro lado, que de todo adjetivo, por mais novo que seja, se pode formar mecânica e automaticamente o feminino: manipulativo – manipulativa (*Folha*, 17/2/90, E-10), oligopolístico – oligopolística (*Folha*, 30/1/90, A-3). No caso do substantivo isso pode ser difícil e demorado, dependente e postergado por fatores culturais. O Aurélio traz *juíza*, ao lado de *juiz*, mas não traz *desembargadora*, ao lado do *desembargador*. Durante jogo de futebol em que os jogadores de um dos times estavam fantasiados de mulher ouvi *goleira*. Em anos passados acompanhei, nos jornais, a evolução: O primeiro-ministro Golda Meir, a primeiro-ministro Golda Meir, a primeira-ministra Golda Meir. Hoje ninguém titubeia em dizer "a primeira-ministra Margaret Thatcher". Não foi um parto fácil a forma *soldada* (*Folha*, 5/12/89, D-3) e estou esperando encontrar escritas um dia *caba* e *sargenta*, em contexto neutro quanto à emocionalidade.

Observe-se que esse processo de formar o feminino a partir do masculino, apesar de às vezes demorado, ainda é relativamente comum. Formar-se o masculino a partir do feminino é mais complexo e, por isso, raro. Segundo o Aurélio *viúvo* é posterior a *viúva*, *perdigão*, a *perdiz*, processo aliás já ocorrido nos antecedentes *perdice* – *perdicone*. Em jornal encontrei *muso* (*Folha*, 30/11/89, F-8: "(...) à moda de seu muso Byron (...)") e *pintas-silga* (*Folha*, 30/12/89, E-2) e já ouvi *anja*, *pentelha* e *puxa-saca*, sendo de questionar se esses três últimos exemplos não são mais adjetivos do que substantivos. A essa pergunta levou-me a função dessas palavras, que é antes qualificadora ou predicadora do que rotuladora ou nomeadora.

No início desta seção se chamou a atenção para o valor semântico do sufixo de gênero dos substantivos, em oposição ao valor da flexão de gênero do adjetivo, que é vazia de significado. Foi dito lá que, como nos pares "avô - avó", "homem - mulher", etc., em "soldado - soldada", a oposição *-o X -a* indica diferença de sexo. Em objetos inanimados (barranco - barranca) essa oposição mórfica indica outras qualidades semânticas. Mattoso Câmara (1970:78) diz a propósito:

O mais que podemos dizer, porém, em referência ao gênero, do ponto de vista semântico, é que o masculino é uma forma geral, não-marcada, e o feminino indica uma especialização qualquer (*jarra* é uma espécie de *jarro*, *barca* um tipo especial de *barco* [...]).

O fato de o masculino ser, em geral, a forma genérica, não-marcada, nos faz concluir que o "brasileiras e brasileiros" do ex-presidente José Sarney é uma forma estranha e, por isso mesmo, enfática, sem dúvida expressiva e de especial força comunicativa.

Se dissemos acima que a flexão de gênero do adjetivo é vazia de significado, é meramente mecânica, não deixa de ser verdade que ela desempenha uma função dêitica ou fórica dentro da frase. Se o adjetivo antecede ao substantivo, falaremos em catáfora: Bonita e inteligente essa moça! Se o adjetivo sucede ao substantivo, falaremos em anáfora: mulheres, livres dos preconceitos dos homens, acostumadas a exercer difíceis funções. Em certos contextos essa função fórica assume importância maior: *homens e mulheres acostumadas*, em que a flexão de feminino de *acostumadas* desambigüiza, atribuindo o adjetivo apenas a *mulheres*.

Exemplos interessantes colhemos na *Folha* (23/2/90, E-1): "A pianista de jazz brasileira Eliane Elias (...)", em que o femi-

nino *brasileira* é atribuído à pianista Eliane Elias e não a jazz, e em "Se a guerra de todos contra todos, se o estado de competição desenfreada e de individualismo total promovido pelo regime de mercado serve para alguma coisa (...)." (7/3/90, A-2), em que "desenfreada" é atribuído a "competição" e não a "estado" e "promovido" é adjunto de "individualismo" apenas e não de outros núcleos de sintagmas mais da frase.

É interessante observar também que estudiosos como Mattoso Câmara (1970:79) não tiveram dúvidas em considerar, por exemplo, *-dor* e *-triz* ou *-inha* sufixos derivacionais: "Dizer que *-triz* (*imperatriz*), *-inha* (*galinha*) ou *-ão* (*perdigão*) são aflexões de gênero é confundir flexão com derivação." Mas não perceberam que o *-a* de *juíza*, por exemplo, desempenha exatamente a mesma função de *-triz*, *-inha* ou *-ão* dos exemplos citados, classificando-o, por isso, diferentemente. A causa dessa falta de clareza é, sem dúvida, a identidade material ou substancial do morfema que indica o feminino dos adjetivos (*curioso* – *curiosa*) e de parte dos substantivos (*embaixador* – *embaixadora*). Há, além disso, o fato de muitas palavras poderem desempenhar, no sintagma nominal, tanto a função de núcleo, típica do substantivo, como a de adjunto, típica do adjetivo ou de outros determinantes: exemplo de Mattoso Câmara (1970:77): "um marinheiro brasileiro – um brasileiro marinheiro", a que podemos acrescentar "uma marinheira brasileira – uma brasileira marinheira." A saída é basearmos-nos em palavras que são essencial ou preferencialmente substantivos: *juiz* – *juíza*, *soldado* – *soldada*, *ministro* – *ministra*.

Alguns aspectos mais pelos quais se pode distinguir o *-a* sufixo derivacional de gênero dos substantivos do *-a* sufixo flexional de gênero dos adjetivos não serão abordados aqui porque já o foram na seção "*Derivatio voluntaria X derivatio naturalis*", para onde, aliás, remeto o leitor. São eles: as lacunas do sufixo derivacional, diferença de tratamento pelos lexicógrafos, aspectos sintáticos, entre outros.

ALGUMAS DISTINÇÕES

Apresentadas as razões que nos fazem dividir os morfemas presos que se juntam à direita de uma base ou radical em sufixos derivacionais, ou simplesmente sufixos, e em sufixos flexionais, ou simplesmente flexões, vamos examinar agora apenas estas com o objetivo de ver se há diferenças entre elas.

O morfema que indica o gênero nos substantivos, como já vimos, é imanente ou inferente ao substantivo, tem força semântica, sendo inserido, portanto, na linguagem da gramática gerativa, juntamente com o substantivo de que é parte, na estrutura profunda da sentença. Em outras palavras, ele é um traço lexical, é um sufixo. Já nos adjetivos o morfema de gênero é uma flexão, depende do gênero do substantivo com que concorda, sendo, portanto, dependente. É um traço gramatical, não tem força semântica e é inserido na frase em sua estrutura de superfície.

Os morfemas de número dos substantivos e adjetivos são ambos flexões, são traços gramaticais, mas se distinguem em que a flexão do substantivo, ao contrário da do adjetivo, tem valor semântico, fazendo parte da estrutura profunda, diferentemente da do adjetivo, que é introduzida apenas na estrutura de superfície para efeito de concordância.

No verbo, a conjugação (1ª em *-a*, 2ª em *-e* e 3ª em *-i*) e o pertencer à classe regular ou irregular são traços lexicais, porém sem conseqüências semânticas. As flexões de tempo, modo e aspecto, traços gramaticais, são cumulativas e têm valor semântico, fazendo parte da estrutura profunda. As de número e pessoa, traços gramaticais também e cumulativas, são fruto da concordância com o sintagma nominal-sujeito, não têm valor semântico e são introduzidas na estrutura de superfície. Observe-se, a propósito, que na variante inculta do português as flexões de número e pessoa do verbo foram totalmente ou em grande parte suprimidas:

“eu trabaio, tu, você ou vancê trabaia, ele trabaia, nós trabaia, voceis ou vanceis trabaia, eles trabaia; eu trabaiaiva, vancê trabaiaiva” e assim, invariavelmente, até a terceira pessoa do plural. Esse fato se deve, certamente, ao seu valor não-semântico e à sua função puramente gramatical, fato observável também no inglês, inclusive em sua variante culta ou formal, em que todas as pessoas são iguais, menos a 3ª do singular: *I love, you love, he loves, we love, you love, they love*.

UMA COMPARAÇÃO

Parece-me oportuna, neste ponto, uma breve comparação com outras línguas, o inglês de um lado, o latim e o alemão de outro. No inglês salta aos olhos a pobreza de flexões, tanto verbais como nominais, o que não quer dizer que essa língua não expresse as mesmas coisas que as outras. O adjetivo e o pronome não conhecem flexão de gênero nem de número, aliás, meramente mecânicas no português. O substantivo conhece a flexão de plural (*father – fathers*). Não há sufixo correspondente ao nosso *-a* para indicar sexo em seres animados (*ganso – gansa*) ou peculiaridades semânticas em seres inanimados (*barranco – barranca*). Há sufixos como *-ess* para indicar sexo: *tiger – tigress, lion – lioness*, como há heteronímia igual à do português: *father – mother, etc.*

As flexões verbais, como mostramos no final da seção “Algumas distinções”, são pouquíssimas: *-s* ou *-es* para a 3ª pessoa do singular do presente do indicativo (*I love – he loves, I fish – he fishes*), *-ing* para o gerúndio (*fly – flying*), e *-ed* para o pretérito perfeito do indicativo e para o particípio passado (*fish – I fished – fished*). Para suprir essa falta de flexões lança-se mão de verbos auxiliares para formar conjugações perifrásticas e o

pronome pessoal se faz muito mais presente do que no português (*chove – it rains; precisamos – we need*).

No alemão temos mais ou menos a situação do português, sendo de observar que o particípio passado conhece uma flexão à esquerda do radical (*kommen – gekommen*) e existe a flexão nominal de caso para substantivos, adjetivos e pronomes:

	Singular	-	Plural
Nominativo	<i>der Vater</i>		<i>die Väter</i>
Genitivo	<i>des Vaters</i>		<i>der Väter</i>
Dativo	<i>dem Vater</i>		<i>den Vätern</i>
Acusativo	<i>den Vater</i>		<i>die Väter</i>

Por necessidade de economia de espaço não se apresentam exemplos de declinação de palavras do feminino e do neutro, ressaltando que substantivo, adjetivo e pronome conhecem gênero masculino, feminino e neutro.

No latim, naturalmente, a riqueza flexional, tanto nominal como verbal, é um fato. Substantivos, adjetivos e pronomes conhecem três gêneros. O adjetivo, como mostra Mattoso Câmara (1971:50), apresenta flexão de grau, traço condicionado por fatores morfológicos e sintáticos, isto é, para expressar o comparativo de superioridade, o adjetivo recebia necessariamente a flexão *-ior* (*homo felicior lupo = o homem é mais feliz do que o lobo*) e para expressar o superlativo relativo, a flexão *-issimus*: *homo felicissimus animalium = o homem é o mais feliz dos animais*. Essa peculiaridade do latim foi, aliás, o fator que induziu os gramáticos tradicionais a considerarem também em português flexão os morfemas de grau – a NGB chega até a considerar flexão o morfema de aumentativo e diminutivo dos substantivos.

Como o alemão, aliás mais abundante ainda do que nessa língua, o latim conhece a flexão nominal de caso para o substantivo, adjetivo e pronome e sua função é assinalar a função sintáti-

ca dos sintagmas nominais na frase – sujeito, objeto direto ou indireto, etc. – ou é requerida pela regência de verbos ou preposições. A flexão nominal de caso destaca-se, além disso, por assumir características diferentes para gênero, número e conhece cinco grupos de declinações diversas que marcam principalmente o substantivo. Restringimos nossa exemplificação à declinação de um substantivo feminino da primeira declinação (*schola*) e de um substantivo masculino da 2ª declinação (*discipulus*):

	Singular		Plural	
Nominativo	<i>schola</i>	<i>discipulus</i>	<i>scholae</i>	<i>discipuli</i>
Genitivo	<i>scholae</i>	<i>discipuli</i>	<i>scholarum</i>	<i>discipularum</i>
Dativo	<i>scholae</i>	<i>discipulo</i>	<i>scholis</i>	<i>discipulis</i>
Acusativo	<i>scholam</i>	<i>discipulum</i>	<i>scholas</i>	<i>discipulos</i>
Ablativo	<i>schola</i>	<i>discipulo</i>	<i>scholis</i>	<i>discipulis</i>
Vocativo	<i>schola</i>	<i>discipule</i>	<i>scholae</i>	<i>discipuli</i>

As conseqüências dessa enorme gama de marcas dos nomes, compreendendo substantivo e adjetivo, e dos pronomes para o comportamento da palavra nas seqüências lingüísticas mais longas, com destaque para a liberdade da ordem ou colocação das palavras na frase, são ponderáveis. Numa frase como *Multos et dilectos habeo discipulos* = *Tenho muitos e diletos alunos* ou *Tenho muitos alunos queridos*, além de o verbo *habeo* separar os elementos do sintagma nominal-objeto direto *multos et dilectos discipulos*, há a destacar a função anafórica da desinência dos adjuntos *multos* e *dilectos*, que aponta para o núcleo *discipulos*.

Se chama a atenção a abundância das flexões nominais do latim, não é menos impressionante o número de flexões que o verbo conhece, principalmente se traçarmos um paralelo com o inglês. Se compararmos o latim com o português, merece destaque, principalmente, a existência do sistema de flexões da voz

passiva, inexistente neste. Para ilustração, conjugaremos o futuro do presente, na voz ativa e passiva, do verbo *amare*.

Voz ativa	Voz passiva
<i>amabo</i> "amarei"	<i>amabor</i> "serei amado"
<i>amabis</i> . . .	<i>amaberis</i> . . .
<i>amabit</i>	<i>amabitur</i>
<i>amabimus</i>	<i>amabimur</i>
<i>amabitis</i>	<i>amabimini</i>
<i>amabunt</i>	<i>amabuntur</i>

Mas também na voz ativa o latim conhece mais conjuntos de flexões para expressar número e pessoa, tempo, modo e aspecto: o futuro, o perfeito e o mais-que-perfeito do subjuntivo, por exemplo, que em português são perifrásticos (*terei amado*, *que eu tenha amado* e *que eu tivesse amado*), são flexionais em latim: *amavero*, *amaverim*, *amavissem* (damos só a primeira pessoa do singular).

Como último aspecto de nosso breve exercício de comparação, destaco a existência de quatro conjugações verbais em latim (exemplos: *laudare*, *delere*, *legere*, *venire*), que se reduziram a três em português (louvar, ler, vir – a 2ª e 3ª do latim se reduziram a uma), que em alemão e inglês encontram alguma correspondência na divisão dos verbos em fortes e fracos – nomenclatura empregada na gramaticologia alemã; exemplos do alemão: verbo fraco: *reden* – *redete* – *geredet*; verbo forte: *schreiben* – *schrieb* – *geschrieben*; exemplos do inglês: verbo fraco (regular): *open* – *opened* – *opened*; verbo forte (irregular): *write*, *wrote*, *written*. Observe-se que nos verbos fortes (irregulares) muda a vogal do radical.

A MORFOLOGIA NA NGB

Fazendo, à luz do que foi exposto nos capítulos precedentes deste estudo, um exame mesmo que superficial do que é proposto, sob o título "Morfologia", na Nomenclatura Gramatical Brasileira – NGB, cuja adoção no ensino escolar e em exames ou concursos oficiais ou públicos é recomendada pela Portaria ministerial nº 36, de 28 de janeiro de 1959, causa estranheza o que é dito no preâmbulo do referido instrumento oficial: "(...) e considerando que o trabalho proposto pela Comissão resultou de minucioso exame das contribuições apresentadas por filólogos e lingüistas de todo o País (...)." É essa estranheza é tanto mais fundada se considerarmos que Mattoso Câmara, de quem só discordamos na classificação que faz do morfema de gênero do substantivo (cabrito – cabrita) como flexão, já em 1950 era professor na Faculdade Nacional de Filosofia e em 1956 dava à luz seu *Dicionário de Fatos Gramaticais*, que, na 2ª edição, de 1964, recebia o nome de *Dicionário de Filologia e Gramática*. É de presumir que lingüistas com idéias e fatos novos para a época não foram todos consultados. Mas vamos a uma breve apreciação de alguns aspectos, lembrando que as razões para considerarmos o morfema de grau e o morfema de feminino dos substantivos sufixos e não flexões já foram expostas nas seções "O morfema de grau" e "O morfema de gênero do substantivo", respectivamente.

ALGUNS REPAROS

A NGB consagra alguns equívocos por assim dizer inexplicáveis e injustificáveis. Ela não distingue, por exemplo, claramente, heteronímia de flexão. No pronome possessivo *nosso, nossa, nossos, nossas* temos flexão de gênero e número. Mas dizer que há flexão de 1ª, 2ª e 3ª pessoas no pronome pessoal é confundir as coisas, pois o que temos para isso são, na verdade, palavras diferentes: eu, tu, ele, nós, vós, eles, ressaltando que a 3ª pessoa do singular e do plural conhece flexão genérica e numérica: ele, ela, eles, elas.

Uma outra confusão a registrar é a falta de distinção entre flexão, sufixação e recursos perifrásticos ou frásicos para indicar o gênero, o número e o grau superlativo e comparativo dos adjetivos: *bonito, bonita, bonitos e bonitas*, variantes flexionais do adjetivo *bonito*; *bonitinho e bonitão*, palavras derivadas de *bonito*; *tão bonito como, mais bonito que e menos bonito que*, comparativos perifrásticos de igualdade, superioridade e inferioridade; *o mais bonito e o menos bonito*, superlativos relativos perifrásticos de superioridade e de inferioridade; *muito bonito e bonitíssimo*, superlativos absolutos analítico e sintético, perifrástico aquele e derivacional este, são todas formas de expressão que cabem, para a NGB, debaixo do título "flexão do adjetivo". Também no verbo o equívoco pode ser anotado: os tempos verbais do pretérito e do futuro, simples e compostos, estes últimos perifrásticos, e os da voz passiva, com auxiliar ou com pronome apassivador, aqueles sempre com auxiliar, portanto sempre perifrásticos, são enfeixados todos pelo rótulo "flexão verbal".

A falta de distinções que a NGB deixa de fazer é responsável por, pelas mesmas falhas nas gramáticas normativas ionais. Almeida (1961:117), por exemplo, embaralha desinência, terminação e sufixo: "Dos poucos exemplos acima (*ma-*

caco – *macacão* – *macaquinho*, *muro* – *muralha* – *murinho*, etc.), vemos serem diversas as desinências, terminações ou sufixos graduais, quer aumentativos, quer diminutivos (...).” Imperdoável é o uso da palavra “terminação”, vaga e nada técnica. Além do mais, tudo isso que diz está debaixo do título “Flexão Gradual” do substantivo. Quando trata da flexão gradual do adjetivo diz Almeida (134):

Duas são as flexões de grau do adjetivo: a comparativa e a superlativa. Dizendo: *Pedro é estudioso*, atribuímos ao indivíduo Pedro uma qualidade, expressa normalmente. Dizendo: *Pedro é mais estudioso*, reforçamos a qualidade, elevando-a a um grau maior; o adjetivo passa para o grau comparativo. Dizendo, por último: *Pedro é estudiosíssimo*, reforçamos ainda mais a qualidade de Pedro, elevando-a ao último grau, ao grau máximo, e o adjetivo, então, está no grau superlativo.

Uma última citação é extraída do capítulo “Flexão do Substantivo” (95): “Considerados quanto à flexão genérica, certos substantivos se denominam epicenos.” E um pouco adiante: “Como discriminar, então, na linguagem, o sexo real desses animais? Isso é feito mediante o acréscimo dos adjetivos *macho* e *fêmea*: a *baleia macho*, a *baleia fêmea*; o *tubarão macho*, o *tubarão fêmea*.” Essa última passagem nos sugere, além disso, que não se fazia uma distinção bem clara entre gênero das palavras, coisa da gramática, e sexo dos seres animados, característica biológica. *Cobra*, por exemplo, é sempre do gênero feminino, como *jacaré* é sempre do gênero masculino, sendo que a língua tem recursos lexicais (o *jacaré-macho*, o *jacaré-fêmea*, a *cobra-macho*, a *cobra-fêmea*) ou recursos frásicos ou locacionais (a *fêmea do jacaré*, o *macho do jacaré*, a *fêmea da cobra*, o *macho da cobra*) para dizer que se está tratando do macho ou da fêmea da espécie, se situações ou contextos especiais assim o requererem.

O ADVÉRBIO É PALAVRA VARIÁVEL OU INVARIÁVEL?

No item C. "Flexão das Palavras", da NGB, é dito que "quanto a sua flexão, as palavras podem ser variáveis ou invariáveis". Adiante, em VII – "Advérbio", é dito que ele tem flexão de grau e há uma divisão que fala em a) grau comparativo, subdividido em de igualdade, de superioridade e de inferioridade, b) grau superlativo absoluto, subdividido em sintético e analítico, e c) grau diminutivo. Uma primeira incongruência dessa divisão é que ela não distingue a expressão do grau feita com afixos, no caso sufixos (*pertíssimo* e *pertinho*, por exemplo), e com recursos fraseológicos (*tão perto* como *e muito perto*, por exemplo). Tudo está debaixo do mesmo rótulo "flexão". Aliás isso se repete, como vimos na seção anterior, nos títulos "Flexão do substantivo", "Flexão do adjetivo" e "Flexão do verbo". Uma segunda ressalva que fazemos é que o morfema que indica grau não é flexão mas sufixo (a propósito remetemos o leitor para a seção "O morfema de grau" deste trabalho) e para Sandmann (1972:144), onde se afirma que "a sistemática, a rigidez e a coerência do sufixo flexional (...) impede-nos de incluir nele o sufixo de grau." Como terceiro ponto do que se está expondo fica a conclusão de que, se o morfema de grau não é flexão, o advérbio é uma palavra invariável. *Perto*, *pertinho* e *pertíssimo* são lexemas diferentes, são unidades lexicais independentes, partilhando, é claro, a mesma base *perto*.

MORFONOLOGIA

É objeto da morfonologia, forma haplológica de morfofologia, o estudo das mudanças que se operam no corpo fônico dos elementos, bases ou radicais e afixos ou flexões, que se unem para formar vocábulos ou unidades lexicais novas, compostos ou derivados, ou variantes flexionais de um mesmo vocábulo ou unidade lexical. Ao se formarem, por exemplo, os compostos “tomaticultor” (*Folha*, 3/1/89, G-6) e “pacotologia” (*Gazeta*, 9/1/89, p. 2), “tomate” passou a “tomati” e “pacote” a *pacoto*. Ao se formar o plural de “par” (pares) e “cruz” (cruzes) acrescenta-se *-es*, ou o radical muda para “pare” e “cruze”, respectivamente, e não se acrescenta simplesmente o *-s* como “em toque – toques”, “lei – leis”. Por outro lado, em “romãzeira” pôs-se a consoante de ligação *-z* entre a base “romã” e o sufixo *-eira*, o que não vemos em *gabirobeira* (gabiropa *-eira*). É claro que a simples constatação desses fatos e de sua regularidade, embora faça parte das preocupações da morfonologia, não exaure a tarefa dessa disciplina. Mais importante parece-nos procurar constatar o porquê dessas mudanças e porque, conseqüentemente, elas são regulares ou recorrentes. É importante, além disso, como destaca Basilio (1980:49ss.), dar vez tanto ao estudo do que é produtivo ainda hoje, às regras de formação de palavras (RFPs), como ao que aconteceu no passado da língua, às regras de análise estrutural (RAEs). Em outras palavras, é da nossa competência lexical for-

mar palavras novas de acordo com as regras da língua, entender palavras novas, julgando ao mesmo tempo da propriedade ou impropriedade de sua formação, e analisar a estrutura ou composição de palavras incorporadas ao léxico em fases anteriores. Essas são, pois, as principais preocupações com que nos haveremos nas seções seguintes, em que procuraremos, além disso, averiguar se as mudanças morfonológicas são fonológica ou morfologicamente condicionadas, se elas se operam na base ou no radical ou se no afixo ou flexão e se determinado processo é ainda produtivo hoje ou se é improdutivo.

MUDANÇAS FONOLÓGICAMENTE MOTIVADAS

No espaço reduzido deste livro não é possível apresentar um estudo exaustivo do que o título acima poderia abranger. Ficamos, pois, na apresentação de apenas alguns fatos. Na língua portuguesa há, por assim dizer, uma fuga ao hiato. Isso gera na formação de palavras complexas ou de vocábulos flexionados diversos fenômenos, fonologicamente condicionados.

Elisão

É um fato quase universal a eliminação da vogal átona final da base quando se lhe acrescenta sufixo: *grafito* + *-ar* – *grafitar* (Folha, 18/2/90, A-20), *olhada* + *-inha* – *olhadinha* (Folha, 1/11/89, A-9), *sangue* + *-inho* – *sanguinho* (Folha, 2/11/89, A-1), sendo hoje bastante freqüente, no caso do diminutivo, a manutenção da vogal átona final da base e a introdução de consoante de ligação: *dadozinho* (Folha, 21/2/90, A-5), *chamazinha*.

Tendo à mão um *corpus* bastante amplo, seria interessante verificar se há nesse uso – *dadozinho* em vez de *dadinho* e *chamazinha* ao invés de *chaminha*, por exemplo –, um especial objetivo de comunicação ou a procura de um efeito semântico e estilístico particular. É oportuno lembrar, por outro lado, que a escrita pode, muitas vezes, não traduzir a realidade fonológica. É o caso, por exemplo, de *megaempresário* (*Folha*, 28/12/89, A-5), que pode perfeitamente ser pronunciado [megêprezáryo], com elisão do -a de *mega*.

Crase

A redução de duas vogais iguais a uma é um fenômeno também freqüente. O Aurélio registra, por exemplo, “teleducação” e “teleducando”. A crase é freqüente em derivados de siglas ou acrônimos: PSD (peessedê), mas “pessedização” (*Folha*, 9/1/90, A-2), BTN (beteene), mas “betenizado” (*Folha*, 5/10/89, C-1). Outros exemplos de composto: “narcoficial” (*Folha*, 1/8/89, A-3) e de prefixação: “teleconomia” (*Folha*, 29/10/89, C-1). Note-se a propósito o esforço do *Formulário Ortográfico* em manter as vogais iguais, ao menos na escrita: “contra-almirante”, “antiimperialista”, “supra-axilar”, prefixações do Aurélio, e “semi-intelectualizado” (*Folha*, 14/8/89, A-2). Constitui isso um esforço de manter, ao menos para os olhos (fato não desprezível na sociedade letrada), a integridade dos elementos que constituem o vocábulo complexo.

Ditongação

O encontro de vogais diferentes quando da formação de palavras complexas pode levar à formação de ditongos: cinco-

anismo (*Folha*, 6/6/88, A-4) é pronunciado [sĩkwanzĩzmo], o mesmo podendo ser dito de “cinco-anista” e “quatro-anista”, formas ouvidas quando da campanha do presidente Sarney por mandato de cinco anos. A esses se contraponham as formas dicionarizadas “primeiranista”, “segundanista”, etc., em que houve elisão de vogal, gráfica e fonologicamente. Outros exemplos de palavras complexas com ditongação: “auto-imagem (*Folha*, 9/1/90, A-3), “semi-anonimato” (*Folha*, 10/11/89, B-8), “aluno-eleitor” (de cartaz de faculdade), “ultra-esquerda” (*Folha*, 10/11/89, C-1) e “megainvestidor” (*Folha*, 11/6/89, B-1). Observe-se a propósito de alguns exemplos arrolados que a elisão de uma das vogais que se encontram na fronteira entre os constituintes da nova palavra pode ser a realidade constatável.

Fenômeno corrente de ditongação ocorre nas formas dos verbos em *-ear* cujo acento não recai sobre as flexões, isto é, em que o último *e* do radical é tônico: “ratear – rateio, rateias”; porém “rateamos, rateais”. O mesmo ocorre nos substantivos formados desses verbos pelo processo comumente chamado derivação regressiva: florear – floreio; passear – passeio; manusear – manuseio. Observe-se que, quando a direcionalidade do processo de formação de palavras é a inversa, a semivogal [y] da base substantiva é eliminada: areia – arear; arreo – arrear.

Haplologia

A história da língua portuguesa oferece-nos muitos exemplos de eliminação de sílaba por causa de outra, igual ou quase igual, quando da formação de palavra composta (ídolo + -latria – idololatria – idolatria) ou derivada (bondade + -oso – bondadoso – bondoso). *Candinho* e *Candinha* são diminutivos correntes dos nomes próprios *Cândido* e *Cândida*, substituindo *Candidinho* e *Candidinha*. A própria disciplina que nos ocupa tem

um nome haplológico: morfo- + fonologia – morfofonologia – morfonologia. Que esse processo de eliminação de sílaba que colide com outra é ainda produtivo no português mostra a formação Brizolândia (*Folha*, 15/11/89, B-6), de Brizola + -lândia – Brizolalândia.

MUDANÇAS MORFOLOGICAMENTE MOTIVADAS

Em Sandmann (1988:65ss.) foi mostrado que restrições à formação de palavras podem ter motivação fonológica ou morfológica, entre outras. É dito lá, por exemplo, que a opção de verbos em *-ecer* pelo sufixo *-mento* e não pelo sufixo sinônimo *-ção* é de ordem fonológica: enfraquecimento x *enfraquecição. Em contrapartida, mostra-se lá que o fato de verbos em *-izar* (flexibilizar) optarem sempre pelo sufixo *-ção* (flexibilização e não *flexibilizamento) não é de natureza fonológica, mas morfológica. Dois argumentos falam a favor. O primeiro é que *flexibilizamento, por exemplo, não contém a seqüência imediata ou próxima de sílabas iguais ou semelhantes, fenômeno que se procuraria evitar. O segundo é que há formações como *liso – alisar – alisamento* e *deslizar – deslizamento*, em que há a seqüência [iza] mas não o sufixo *-izar*, comprovando que a seqüência de sons ou sílabas *-izamento* é perfeitamente aceitável do ponto de vista acústico ou por sua natureza auditiva.

No estudo que estamos fazendo neste capítulo encontramos, nos elementos formadores de palavras complexas, ao lado de mudanças operadas por fatores fonológicos, mudanças não motivadas por causas fonológicas, mas por causas que vamos chamar de morfológicas e que poderiam ser denominadas também não-fonológicas. Estudos diacrônicos do português nos mostram, por

exemplo, que o *b* latino muda muitas vezes para *v* em português: “faba” dá “fava” e “amabile” dá “amável”. No último caso podemos ver uma correspondência entre os morfemas *-bile* e *-vel*. É claro que, no último caso, podemos ignorar a diacronia e dizer que “amável” é derivado de “amar” e que de “amável” podemos derivar, por sufixação, o substantivo “amabilidade”, esquecendo que o latim tinha “amabilitate”, de que, segundo o Aurélio, por exemplo, vem “amabilidade”. As visões ou os elos que se estabelecem, quer do ponto de vista diacrônico quer sincrônico, não conflitam. São apenas prismas diferentes. Por outro lado é possível e legítimo dizer que uma palavra nova como “administrável” (*Folha*, 8/3/90, B-2) – ela não está no Aurélio – se relaciona com “administrar” e dela poderíamos derivar “administrabilidade”, substituindo *-vel* por *-bil*, sem nem saber ou dar importância à verdade histórica. O mecanismo de troca de *-vel* por *-bil*, quando acrescentamos a um adjetivo terminado em *-vel* (recuperável) o sufixo *-idade*, por exemplo (recuperabilidade, de exposição oral do lingüista Fernando Tarallo), é um processo do sistema de funcionamento atual da língua, independente da história, do que foi e do que mudou. Essa troca de *-vel* por *-bil*, além disso, não é motivada por fatores fonológicos. De acordo com a fonotática poderíamos ter perfeitamente “recuperabilidade” ou “administrabilidade”. Vamos dizer, pois, que essa mudança é morfológica ou não-fonologicamente condicionada.

Que essa troca de *-vel* por *-bil* não é fonologicamente condicionada (instável – instabilidade, instável – instabilizar) revela-nos o fato, conforme mostra Costa (10), de essa mudança não se operar com sufixos como *-mente* ou *-zinho*: amável – amavelmente, imóvel – imovelzinho.

Um último exemplo de mudança morfológica ou não-fonologicamente condicionada é a mudança que se opera em *científico* – *cientificidade* (*Folha*, 10/3/90, A-2): [k] → [s], recorrente em muitos outros exemplos: prático – praticidade (formado *ad hoc*),

autêntico – autenticidade, específico – especificidade, em que a combinação de fonemas para formar sílabas e de sílabas para formar palavras permitiria perfeitamente *autenticidade*, etc.

MUDANÇAS NA BASE OU NO RADICAL

É fato comum que substantivos terminados em *-são*, *-ção* ou *-ão* se modifiquem quando algum processo de derivação os tem como base: “tensão – tensionar” (*Folha*, 14/1/90, A-18: “A região é também tensionada pela luta entre armênios e azerbaijanos.”), “variação – variacionista” (em reunião de lingüistas ocorreu lingüística variacionista), “sapatão – sapatonicé” (qualidade de [mulher] “sapatão”: depoimento do prof. Francisco da Silva Borba, que ouviu essa palavra da boca de jovem). “Camarão – camaroadá”, por analogia com “feijão – feijoada”, será uma solução preferível a “camarão – camaronada”, por analogia com “macarrão – macarronada?”

Exemplo de derivado de substantivo em *-ão* em que a base não sofreu modificação é “facãozada” (*Tribuna do Paraná*, 4/4/89, p. 1), para o qual se poderia ter a alternante *faconada*, com modificação da base. Mudança bastante comum de base é a passagem de [k] a [s]: prático – praticidade e drástico – drasticidade (*Folha*, 17/3/90, A-2). Exemplo interessante desse processo é a formação nova “desheroicizar”, colhida em Sônia Salomão Khéde. *Personagens da Literatura Infanto-Juvenil*. Princípios 61, p. 176, 1986. Radical com modificação temos em *lugar – lugares* (lugare + -s), *cruz – cruces* (cruze + -s), *mal – males* (male + -s) e *animal – animais* (animai + -s), solução de análise preferível a dizer que o morfema de plural é ora *-s*, ora *-es*, ou *-is* [ys].

É muito comum a primeira base que entra na formação de composto sofrer modificações em sua terminação ou na distribuição da sílaba tônica. Exemplos do segundo caso: turismólogo (de tese sobre turismo), bumbódromo (pista de desfile do bumba-meu-boi, em Parintins, Amazonas: depoimento da Prof^a Leonilda Ambrozio). Exemplos do primeiro caso: maricultura (*Folha*, 5/12/89, H-1), mundivisão (*Folha*, 25/10/89, A-2), chutometria (*Folha*, 28/7/89, B-2) e juventocracia (*Folha*, 4/3/90, B-5: “Empresários conservadores estão apreensivos com a juventocracia.”). Em “chutômetro”, formação que também se ouve, temos uma reunião dos dois casos: “chute” passa a “chuto” e a sílaba final de “chuto” passa de átona a tônica. Exemplo de mudança da posição do acento temos também no cruzamento vocabular “tucanoptero” (de tucano, do partido PSDB, + (helic) óptero).

MUDANÇAS NO AFIXO OU FLEXÃO

Mudança em flexão pode ser exemplificada com *-va*, do pretérito imperfeito do indicativo (trabalhava, trabalhávamos), que passa a *-ve* diante de [ys]: trabalháveis. O mesmo se pode, aliás, constatar em *-ra*, do mais-que-perfeito do indicativo: trabalhara, trabalháramos, mas trabalháreis, formas hoje de uso extremamente restrito.

Exemplo clássico de mudança em prefixo é o do *in-* negativo, abordado em Costa (3s.) e Sandmann (1989: 21s.). Dependendo do fonema inicial da base, temos três possibilidades de realização do *in-*: a) [i] diante de [l] (iliquidável: *O Estado de São Paulo*, 17/5/84, 1^o Caderno, p. 3), [m] (imatur), [n] (inegociabilidade: *Jornal do Brasil*, 22/5/84, 1^o Caderno, p. 11) e [r] (irrealismo: *Jornal do Brasil*, 8/1/84, Caderno Especial, p.3);

- b) [in] diante de vogal: inadministrável (*Folha*, 26/10/89, A-2);
c) [ĩ] diante das consoantes não arroladas no item a): indelegável (*Folha*, 18/10/89, A-3), incoincidência (*Folha*, 19/10/89, A-5, etc.

Sufixo que apresenta variação em seu corpo fônico condicionada pela base é *-idade*. Em formações novas temos primeiramente a forma de citação *-idade*: interdisciplinaridade (*Folha*, 19/1/90, E-10), de interdisciplinar + *-idade*, e interoperabilidade (*Folha*, 10/1/90, G-2), de interoperável + *-idade*. Se a base adjetiva terminar em *-io*, a vogal átona final sofre elisão e o sufixo muda para *-idade*: subsidiário – subsidiariedade (*Folha*, 18/7/89, A-4), provisório – provisoriedade (*Folha*, 23/10/89, A-3 e fragmentário – fragmentariedade (de exposição oral de Ingedore V. Koch).

O estoque lexical do português oferece-nos, também, a variante *-dade*: bondade, maldade, lealdade e irmandade, por exemplo, que parece não ser mais produtiva hoje. Fenômeno que provoca alteração em muitos sufixos é o da introdução da consoante de ligação *z*. Damos exemplos de palavras aumentativas em *-ão*: time + *-ão* = timão (*Folha*, 3/7/89, D-4), azar + *-ão* = azarão (do Aurélio), mas tatu + *-ão* = tatuzão (*Folha*, 26/11/89, D-1), interior + *-ão* = interiorzão (*Folha*, 2/7/89, A-10) e pai + *-ão* = paizão (*Folha*, 3/9/89, A-1: “Maluf pretende ser o paizão do Brasil.”).

A propósito desses aumentativos pode ser observado que em “time – timão” foi elidida a vogal átona final da base, em “tatu – tatuzão” a base termina em vogal tônica, em “pai – paizão” a base termina em semivogal, sendo que “azar” – azarão” e “interior – interiorzão” acusam comportamentos diversos, o mesmo que se pode constatar em florinha e florzinha, colherinha e colherzinha, a respeito do que adiantaria que hoje se privilegiam as formas com a consoante de ligação.

PROCESSOS PRODUTIVOS E IMPRODUTIVOS

Essa questão é naturalmente presa a critérios de tempo, isto é, interessa-nos saber o que é, hoje, produtivo ou improdutivo. Costa (11s.) dá como exemplo de mudança sistemática em processo de formação de palavras a alternância do [t] com o [s] nos pares ciente – ciência, subserviente – subserviência, constante – constância, etc., e acrescenta: “É um processo regular e pouco produtivo”. Que é um processo regular não resta dúvida; a respeito da produtividade atual, porém, parece que não se pode dizer a mesma coisa. Ao menos não temos, em vários anos de pesquisa, encontrado formação nova em *-ância* ou *-ência*, soma de *-ante* ou *-ente* com *-ia*. Adjetivos novos em *-ante*, em contrapartida, são freqüentes. Em Sandmann (1989:65) foram arrolados 26: burocratizante, desgastante, etc. Além de não terem sido encontradas palavras novas em *-ância* ou *-ência*, um segundo argumento fala a favor da possível improdutividade do modelo: se tomarmos as palavras acima (burocratizante e desgastante) ou outras, não é possível formar substantivos correspondentes em *-ância*; frustrante – *frustrância, mistificante – *mistificância. Nossa competência lexical rejeita esse procedimento. Preferimos, pois, dizer que a mudança de [t] para [s] dos pares que integram o acervo lexical do português é um fato do passado, isto é, um processo não mais produtivo hoje.

Há, entretanto, muitos outros processos morfológicos produtivos hoje. Citaremos apenas dois: *-ção* *-cion* e o da ditongação. Exemplos do primeiro temos nas formações novas intervencionice (*Folha*, 14/3/90, B-2: “O desabastecimento (...) resulta da intervencionice governamental (...).”) e projeciologia (de um cartaz: Instituto Internacional de Projeciologia). O segundo exemplificamos com o verbo *sarnear*, ouvido na região oeste do Paraná e que tem o sentido de “ser sarna, incomodar”: sarneio, sarneias, sarneia, sarneiam, etc.

SINTAXE DA PALAVRA

O título acima tem a ver basicamente com as relações que se podem estabelecer entre os elementos de uma palavra complexa ou do vocábulo flexionado, devendo ser ressaltado desde já que a matéria é particularmente interessante ou relevante no estudo do vocábulo complexo, a saber, aquela unidade lexical que não é formada por uma raiz apenas, mas é fruto dos processos de composição ou derivação. Quanto ao vocábulo flexionado pode-se dizer que em português se tem invariavelmente a ordem radical-flexão, diferentemente do alemão, por exemplo, que, embora tenha normalmente também a ordem radical-flexão, conhece também a seqüência flexão-radical: *geben* “dar” – *gegeben* “dado” = particípio passado (*ge-* = morfema flexional de particípio passado). Além do mais, o radical, como revela a própria etimologia da palavra, é invariavelmente a raiz, o núcleo, o centro do vocábulo flexionado, enquanto a flexão é o elemento secundário, o adjunto, o raio: *amamos*: *ama-* = radical ou núcleo, *-mos* = flexão, adjunto; *superpacotes*: *superpacote* = radical ou núcleo, *-s* = flexão, adjunto. A flexão, não mudando a classe ou subclasse da palavra, tem, nesse sentido, alguma coisa em comum com o sufixo de grau (*sapato* – *sapatinho*) e os prefixos (*presidente* – *superpresidente*), que também não mudam a classe nem a subclasse da base. Por causa dessas características a flexão não terá trato destacado no presente estudo.

A questão de saber qual dos elementos de uma palavra complexa é o núcleo, qual o adjunto é, por outro lado, particularmente relevante no substantivo composto formado de dois substantivos (S+S) e no adjetivo composto. Em ambos os casos a relação entre os elementos – substantivos ou adjetivos – pode ser de coordenação (*cantor-compositor* = cantor e compositor, *político-administrativo* = político e administrativo), quando temos então compostos coordenativos ou copulativos, ou de subordinação: *trem-bala* = trem (veloz como uma) bala, (comunidade) *italo-brasileira* = comunidade de brasileiros de origem italiana (*brasileiro* é especificado por *italiano*), quando temos então compostos subordinativos ou determinativos. Maiores detalhes sobre as relações entre os componentes dos vários tipos de palavras complexas ver-se-ão nas seções seguintes.

Em muitos compostos, nas prefixações e em abreviações pode-se saber facilmente qual é o núcleo da palavra complexa pelo fenômeno da concordância: em *o meio-dia*, *dia* determina o gênero de *meio* e do artigo; em *a matéria-prima*, *matéria* determina o gênero de *prima* e do artigo; é *o fim-de-semana*, porque *fim* é masculino. Em prefixações como *o microcomputador* e *a microempresa*, o gênero do artigo é determinado pelos núcleos *computador* e *empresa*, sendo que esse gênero permanece quando temos o processo de abreviação: os micros (= computadores), as micros (= empresas), caso em que dependemos fortemente do contexto para saber de que referente se trata. Também nas siglas o núcleo determina o gênero: a OTN (Obrigação do Tesouro Nacional, com *obrigação* como núcleo), o BTN (Bônus do Tesouro Nacional, com *bônus* como núcleo). Em compostos exocêntricos, o gênero do todo é determinado pelo referente: *o bóia-fria*, em que *trabalhador* (rural sem vínculo empregatício) determina o gênero. *Bola-murcha* será *o bola-murcha* se o referente for masculino e *a bola-murcha*, se feminino.

COMPOSIÇÃO

Não se discutirá aqui o que caracteriza a composição e o que a distingue da prefixação, da sufixação e do cruzamento vocabular. Ao leitor interessado nesses aspectos remetemos a Basilio (1987 e 1989) e Sandmann (1989).

Compostos copulativos

SUBSTANTIVO COMPOSTO COPULATIVO

Se considerarmos que a função do substantivo é a de dar nome, a de nomear ou rotular alguma coisa do nosso universo biofísicopsicossocial, podemos dizer que o substantivo composto copulativo ou coordenativo rotula algum ser que reúne em si, em igualdade de condições, rótulos menores ou mais específicos. Assim, alguém pode ser simultaneamente cantor e compositor, sendo então um “cantor-compositor”. Uma dependência da casa pode ser ao mesmo tempo copa e cozinha, quando teremos uma “copa-cozinha”. Empregados domésticos podem ser “copeira-arrumadeira”, “copeiro-arrumador”, “copeiro-caseiro”, “copeiro-faxineiro”, “copeiro-jardineiro”, exemplos colhidos de Sandmann (1989:175).

Do grego vieram-nos os compostos copulativos *andrógino* e *hermafrodita*. Exemplos mais novos: *meia-calça*, veste feminina que é meia e calça; *teatrólogo-presidente* (*Folha*, 30/1/90, A-3: o texto fala do atual presidente da Tchecoslováquia Vaclav Havel). Observe-se que, pelo fato de esses compostos conterem elementos coordenados, elementos em que um não se subordina a outro, a estrutura não é binária como nos compostos determinativos, podendo-se ter mais de dois elementos, aliás raros na prática:

hortifrutigranjeiro, um caso de conversão, provavelmente, de adjetivo para substantivo, é um dos exemplos. Alunos me testemunharam que alguém pode ser “cantor-compositor” (v. exemplo acima) e “cantor-compositor-ator”, por exemplo. O fato é que a língua não é dada em geral a essas exuberâncias no léxico, o que se verá também nos adjetivos copulativos.

Parece-nos que às vezes pode haver dúvidas quanto à natureza das relações entre os elementos de um composto de S+S, a saber, se de coordenação ou de subordinação. E um meio de tirar as dúvidas pode ser a paráfrase. Veja-se o caso de *meia-calça*. Se fosse um determinativo, a ordem seria DM-DT, *meia* seria o núcleo e *calça* o adjunto. Uma paráfrase poderia ser “meia em forma de calça” ou outra semelhante, o que não corresponderia aos fatos, pois “meia-calça” é peça do guarda-roupa feminino que é ao mesmo tempo *meia* e *calça*, sendo que a ordem poderia teoricamente ser “calça-meia”. Veja-se que em *trem-bala*, composto determinativo, a ordem não pode ser alterada, sob pena de termos outro objeto, pois *bala-trem* poderia, em outra realidade, fantástica, ter como paráfrase “bala em forma de trem” ou outra.

É claro que a paráfrase pressupõe o conhecimento do que o composto quer rotular ou nomear, aspecto pragmático da linguagem, como vimos no caso de “meia-calça”, objeto de nossa cultura que é ao mesmo tempo “meia”, cobre os pés e as pernas, e “calça”, cobre as nádegas. Mas às vezes esse conhecimento ou a percepção da intenção de quem cria o composto nos faltam. Talvez seja o caso do exemplo acima *teatrólogo-presidente*, cuja paráfrase poderia ser “teatrólogo que é presidente” e não “teatrólogo e presidente”, com a estrutura DM-DT, a saber, *teatrólogo* é o núcleo, e *presidente* o adjunto. O mesmo se poderia dizer, por exemplo, de *ilha-prisão* (*Folha*, 10/2/89, A-3), epíteto que um articulista dá a Cuba, e *aluno-eleitor*, criação minha por ocasião das eleições presidenciais de 15/11/89.

ADJETIVO COMPOSTO COPULATIVO

Se considerarmos que a função do adjetivo é a de predicar, isto é, a de dizer algo a respeito de um substantivo, no adjetivo composto copulativo encontramos mais de uma predicação, em geral duas, todas reportando-se diretamente e em igualdade de condições ao núcleo, o substantivo ou expressão em função substantiva. Assim, em “acordo brasileiro-paraguaio” ou “paraguaio-brasileiro”, *brasileiro* e *paraguaio* referem-se igualmente ao núcleo *acordo*. Na frase “o Brasil está, pois, outra vez no umbral do paraíso nipo-suíço.” (*Folha*, 16/6/88, A-6), *nipo*, abreviação de *nipônico*, e *suíço* referem-se diretamente e em igualdade de condições a *paraíso*. Em “a comunidade ítalo-brasileira de São Paulo”, para comparar, a situação não é a mesma, pois trata-se de uma “comunidade brasileira de origem italiana”, *brasileira* determinando *comunidade* e *ítalo*, abreviação de *italiano*, especificando *brasileira*. O mesmo teríamos em música *afro-brasileira*, “música brasileira de influência africana”, e tradição *teuto-brasileira*, “tradição brasileira de influência alemã”.

Observe-se que, como no caso dos substantivos compostos copulativos vistos na subseção anterior, o adjetivo composto copulativo admite formações com mais de dois adjetivos. No início da mesma subseção falamos em “universo biofísicopsicossocial”, com quatro adjetivos: *bio-*, forma abreviada de “biológico”, *físico*, *psico-*, forma abreviada de “psicológico”, e *social*. Outro exemplo seria “acordo argentino-brasileiro-uruguaio”, com três elementos ou bases. Se houver restrições a compostos mais longos, essas serão de ordem semântica ou pragmática, não de ordem sintática. O mesmo, aliás, se pode dizer dos compostos copulativos com apenas dois elementos. Soam perfeitamente naturais formações como (acordo) político-partidário, (obra) herói-cômica, do Aurélio, e (cantigas) polêmico-satíricas (Robl, 1988:51). Causa estranhamento uma formação como (temperamento) udenista-ar-

rebatado (*Folha*, 4/2/89, A-5), eis que “udenista” indica linha partidária, a UDN, e “arreatado” indica tipo de temperamento. Mais estranhas, senão impossíveis, seriam “*preto-arreatado”, “*azul-social”, porque é praticamente impossível associar pragmática ou semanticamente “preto” com “arreatado” e “azul” com “social”.

Se nos adjetivos compostos copulativos os impedimentos ou restrições para unir as bases adjetivas são de natureza semântica ou pragmática, nos adjetivos compostos determinativos as restrições ou impedimentos são de natureza sintática, pois, como no sintagma ou na frase, a relação de dependência ou de subordinação se dá sempre e apenas entre dois conjuntos ou elementos, a saber, ela é binária: *música afro-brasileira*, tomado na sua totalidade como um sintagma, compõe-se do núcleo *música* e do adjunto *afro-brasileira*. Já o adjetivo composto determinativo *afro-brasileira* compõe-se do núcleo *brasileira* e do adjunto *afro*, sendo que, parafraseando, temos música brasileira de origem africana. O nível dos dois adjetivos não é o mesmo, não podendo, pois, serem coordenados.

Compostos determinativos

Os compostos do tipo S+S, com a seqüência DM-DT, e A+A, determinativos, foram abordados nas subseções “Substantivo composto copulativo” e “Adjetivo composto copulativo”, juntamente com os compostos substantivos e adjetivos copulativos. Procedeu-se assim, porque um trato conjunto realça melhor o contraste do que sejam compostos copulativos, adjetivos e substantivos, de um lado, e compostos determinativos, adjetivos e substantivos, de outro. Resta-nos, nesta subseção, destacar a diferença entre os compostos de S+S vernáculos, tipo DM-DT (seguro-desemprego), e os não-vernáculos ou estruturados de acordo com o modelo neoclássico, tipo DT-DM (juventocracia [*Folha*,

4/3/90, B-5], e abordar os compostos dos tipos V+S, S+A, A+S, NUM+S, S+NUM, S+de+S, sempre determinativos, lembrando que compostos do tipo *abaixo-assinado*, *bem-estar*, *vê-oito*, *nó-nas-tripas*, *ai-jesus* e outros, formados de elementos de naturezas diversas e outras, não serão aqui contemplados.

COMPOSTOS DE S+S VERNÁCULOS E NÃO-VERNÁCULOS

Dentre os compostos do tipo S+S é preciso distinguir os formados segundo o modelo vernáculo, DM-DT, dos formados segundo o modelo não-vernáculo ou modelo neoclássico, DT-DM. Em português a seqüência denotativa de substantivo e adjetivo que formam um sintagma nominal é substantivo-adjetivo: casa bonita, trabalho difícil, homem pobre, sendo que o mesmo se verifica no composto vernáculo formado de substantivo + substantivo: trem-bala, fortaleza-símbolo (*Folha*, 20/6/88, A-31), data-limite (*Folha*, 9/2/89, A-6), em que o segundo substantivo qualifica ou determina o primeiro, estabelecendo uma relação de subordinação do segundo substantivo pelo primeiro, ou de determinação do primeiro pelo segundo. Mas além desses compostos de S+S determinativos, que chamamos de vernáculos, há os formados segundo o modelo neoclássico, a saber, os que apresentam a seqüência DT-DM: *Eurocopa* (*Folha*, 22/6/88, A-1), *chutometria* (*Folha*, 28/7/89, B-2), *maricultura* [*Folha*, 5/12/89, H-1]), a mesma seqüência dos compostos gregos (psicologia), latinos (agricultura), ingleses (bulldog), alemães (*Handarbeit* “mão-de-obra”) e da prefixação: *superministra* (*Folha*, 3/3/90, B-2), *submanchete* (*Folha*, 11/3/90, A-6). Uma estatística mostraria, provavelmente, que os compostos vernáculos são mais produtivos, hoje, do que os compostos segundo o modelo neoclássico, os não-vernáculos. De qualquer maneira é interessante observar, como mostram os exemplos apresentados e como outros mais com-

provam (biodança [de cartaz de propaganda], projecionista [de cartaz: Instituto Nacional de Projeciologia], egitomania [*O Estado de São Paulo*, 16/2/89, Caderno 2, p.4] e adesômetro [*Folha*, 3/10/89, B-1], que os compostos que apresentam a estrutura neo-clássica, a saber, DT-DM, são hoje plenamente produtivos.

COMPOSTOS DE V+S

No substantivo composto formado de verbo mais substantivo (pega-rapaz), o verbo, como na frase (Ele pega o rapaz), é o núcleo, o elemento principal, e o substantivo, o adjunto, o elemento secundário. Confrontando compostos como “porta-retrato”, “porta-ovos” (*Jornal do Brasil*, 27/11/84, 1º Caderno, p.8) e “porta-seios”, ou “pega-boi” (*Folha*, 10/3/90, A-2: o texto fala em “operação pega-boi”), “pega-rapaz” e “pega-ladrão” transparece claramente que o novo, o diferente, o determinante é o segundo elemento, o substantivo, em função de objeto direto. Um ponto, no entanto, é importante ressaltar aqui. Em compostos como “estado-mecenas” (*Folha*, 20/2/90, A-2) ou “pornocassete” (*Folha*, 25/2/90, d’5), cujos tipos ou modelos foram confrontados no item anterior, os referentes do universo a que essas palavras se referem têm expressão na própria palavra composta, isto é, “estado-mecenas” é um tipo de estado e “pornocassete” é um tipo de cassete. Esses compostos se dizem, por isso, endocêntricos. Já em “pega-rapaz” e “porta-seios” os referentes não têm expressão direta na palavra composta, e a relação entre os referentes – “sutiã” no caso de “porta-seios” e “cacho de cabelo pendente sobre a testa” no caso de “pega-rapaz” – é assegurada ou recuperada por fatores culturais ou pragmáticos. Porque o referente não encontra expressão direta na palavra complexa, esses compostos se dizem exocêntricos. E, sendo compostos exocêntricos, a questão de saber qual é o núcleo, qual o adjunto da palavra complexa perde de significado ou importância, o que não é a situação de compostos

como “trem-bala”, em que se trata em última análise de um trem e não de uma bala, ou como “mulherólogo” (*Folha*, 22/2/90, E-2), em que temos “alguém que estuda” (-logo) a mulher, com -logo, que forma par com -logia “estudo, ciência” (poderíamos formar “mulherologia”), como elemento principal e “mulher” como especificador, determinante, adjunto.

COMPOSTOS DE S+A E A+S

Formados de substantivo mais adjetivo (bola-murcha, pé-frio) ou de adjetivo mais substantivo (pouca-sombra e pouca-te-lha, designações para pessoa de baixa estatura ou muito magra), esses compostos não oferecem dificuldade quanto à análise de sua estrutura, pois o substantivo é sempre o núcleo e o adjetivo, sempre o adjunto. É claro que, como foi realçado no final do item anterior, esse aspecto perde de significado quando o composto de S+A ou de A+S é exocêntrico, isto é, o referente não é designado precipuamente pelo núcleo da palavra composta: *peso-pesado*, por exemplo, é uma “categoria de lutador de boxe” e não em primeiro lugar um “peso” e *pronto-socorro* é “lugar onde se prestam primeiros socorros” e não um tipo de “socorro”. Já em *carro-forte* e *má-fé*, compostos endocêntricos, os referentes são “um tipo de carro” e “um tipo de fé”, aspecto expresso pelos núcleos principalmente.

COMPOSTOS DE S+NUM E NUM+S

Nos sintagmas nominais formados de substantivo mais numeral ou de numeral mais substantivo (camisa dez, dez camisas) o substantivo é o núcleo e o numeral o adjunto, sendo que o mesmo se pode dizer dos compostos formados com essas classes de palavras: *onze-letras* “alcoviteiro” e *camisa-dez* “centroavante”, esse último exemplo processo metonímico de transferência de signi-

ficado ou de referênciã em que Pelé desempenhou papel relevante. *Sete-barbas* “tipo de camarão” e *sete-virtudes* “cachaça” são outros exemplos do tipo NUM+S, metonímicos e, portanto, exocêntricos, em que, como vimos nos dois últimos itens, o aspecto estrutural DM-DT e DT-DM perde de importância, eis que os núcleos dessas unidades lexicais complexas não têm como referência, respectivamente, *barbas* ou *virtudes*.

COMPOSTOS DE S+de+S

Tanto em *pé de meia*, que pode ter caído no chão ou ter ficado no varal, como em *pé-de-meia* “economia, pecúlio”, que a inflação ameaça destruir, a estrutura quer do sintagma nominal quer da unidade lexical composta nos diz que *pé* é o núcleo e *de meia* é o adjunto, porque, afinal, em ambos os casos temos um *pé* como elemento principal especificado por *de meia*. O mesmo temos em *pé de galinha*, que eu posso encontrar na canja, em *pé-de-galinha*, que pode desenvolver-se no canto externo dos olhos, em *pé de cabra*, cujos vestígios posso encontrar no chão de barro, e em *pé-de-cabra* “ferramenta”. *Pé* é o elemento especificado pelo sintagma preposicionado que segue. Há, no entanto, uma diferença que importa ressaltar. Nas palavras compostas “*pé-de-meia*”, uma metonímia, e “*pé-de-galinha*” e “*pé-de-cabra*”, metáforas, compostos exocêntricos, pois o referente transcende os elementos que compõem a unidade lexical complexa individualmente, essas considerações sobre a estrutura sintática perdem relevância.

DERIVAÇÃO

Importa deixar claro inicialmente que as dimensões do presente trabalho não permitem uma abordagem do que seja a deri-

vação e de sua diferenciação dos outros processos de formação de palavras, mormente da composição. Ao leitor interessado recomendamos a consulta de livros de morfologia lexical, entre outros Basilio (1987 e 1989) e Sandmann (1989), alertando-o desde já de que há fatos que permitem uma classificação simples e clara, mas que há também fatos rebeldes ou não tão fáceis, principalmente elementos a respeito dos quais não sabemos se vamos classificá-los como prefixos ou radicais presos formadores de compostos. O *Formulário Ortográfico* não trata, por exemplo, *macro-* e *micro-* como prefixos. Mas será que, considerando o fato de expressarem uma idéia adjetiva geral (grande e pequeno) e sua produtividade – prestam-se a formações em série –, não vamos considerá-los como tais? Enfim, discussões dessa natureza não são aprofundadas aqui, pela razão exposta acima e porque afinal o objetivo do presente capítulo são os aspectos sintáticos da palavra complexa ou flexionada.

Prefixação x Sufixação

Prefixos e sufixos são considerados afixos, distinguindo-se da base a que se unem porque são normalmente elementos presos, isto é, não têm curso livre na frase, expressando, além do mais, idéias gerais e prestando-se, como tais, a formações em série. Além do mais, como nos diz a semântica dos prefixos *pre-* e *su(b)-* de *prefixo* e *sufixo*, naquela palavra o afixo precede a base e nesta o afixo vem abaixo ou depois. É, portanto, uma diferença física ou espacial. Mas essa parece não ser a diferença principal. Do ponto de vista sintático temos que o prefixo se identifica mais com os adjetivos (superpacote [*Folha*, 15/3/90, B-2]) e com os advérbios (hiperativo [*Folha*, 22/3/90, E-14]) e preposições (antianúncio [*Folha*, 16/3/90, Especial-2]), enquanto o sufixo – exceto o de grau, que também tem claramente função adjetiva (pacotaço

[*Folha*, 17/3/90, A-2]) ou de advérbio (pertinho = bem perto) – tem funções muito variadas: em “marmeleiro”, o sufixo *-eiro* significa “árvore que dá (marmelos)”, em “verdureiro”, *-eiro* indica profissão, “o que vende verduras”, em “violeiro”, *-eiro* significa “o que toca viola” e não “o que vende violas”, sendo que em “bagunceiro”, *-eiro* acrescenta a “bagunça” a idéia de “o que faz bagunça”, e assim por diante, para ficar na complexidade de apenas um sufixo.

No passado (v. Said Ali, 1964:107) muitos gramáticos não distinguiam a prefixação da composição. Observe-se a propósito que a posição do prefixo, DT da palavra complexa (subinvestimento), e do elemento subordinado (DT) da palavra composta não-vernácula, formada segundo o modelo neoclássico (microrregião), é a mesma. Além do mais é difícil, muitas vezes, diferenciar sistematicamente a semântica de uns e outros. Comparem-se os prefixos, segundo o *Formulário Ortográfico*, *semi-*, *infra-*, *ultra-* e *super-* com os radicais *micro-*, *macro-*, *mega-*, *mini-* e *maxi-*. Comparem-se também a prefixação *supra-sensível* e o composto “microssomático” – a grafia com e sem hífen trai essa classificação atual como prefixo (*supra-*) e radical (*micro-*), respectivamente.

A maior diferença entre prefixo e sufixo parece residir, no entanto, no aspecto estrutural ou sintático. O prefixo, como acontece nos compostos do tipo neoclássico (v. acima o item “Compostos de S+S vernáculos e não-vernáculos”), é sempre o DT, o determinante, o adjunto ou elemento subordinado ou secundário da estrutura vocabular: oficial – não-oficial (*Folha*, 13/3/90, A-9), reformista – ultra-reformista (*Folha*, 13/3/90, A-9), injeção – reinjeção (*Folha*, 20/3/90, A-2), empossado – recém-empossado (*Folha*, 20/3/90, B-2). O prefixo, além do mais, não muda a classe ou subclasse da base: “superávit” é substantivo e “megassuperávit” (*Folha*, 28/12/89, Especial, p.14) também o é, “fixar” é verbo e “pré-fixar” (adotamos essa grafia para

contextos como pré-fixar os salários, por exemplo) também é verbo, “inflacionário” é adjetivo e “não-inflacionário (*Folha*, 20/3/90, A-2) é igualmente adjetivo. Já o sufixo – excetuando os de grau, que também têm, com sua natureza adjetiva ou adverbial, função secundária (folgado – folgadíssimo [ouvido em ambiente informal], Collor – colloraço [*Folha*, 19/3/90, A-2]) – é sempre o DM, o determinado, o núcleo ou o elemento principal ou subordinante. Se não, vejamos: em “marmeleiro”, por exemplo, *-eiro*, embora não mude a classe de palavra de “marmelo”, pois ambos são substantivos, faz da fruta uma árvore, mudando, portanto, a subclasse da palavra. Em “testagem” (ouvido em reportagem técnica) *-agem* faz do verbo, “testar”, um substantivo. Em “drasticidade” (*Folha*, 17/3/90, A-2), o sufixo *-idade* faz do adjetivo “drástico” um substantivo abstrato. Já em “tensionar” (*Folha*, 14/1/90, A-18), *-ar* faz do substantivo “tensão” um verbo. É claro que o sufixo não exaure sua função na mudança da classe ou subclasse da palavra.

Aspectos semânticos estão também presentes, constituindo-se, não raro, em fator tão ou mais importante que o sintático. Vejam-se como ilustração as formações “policialismo” (*Folha*, 21/3/90, A-5: “O policialismo invade insidiosamente as sociedades (...).”), em que *-ismo* muda a subclasse da palavra “(o) policial” e acrescenta-lhe a idéia de pejoratividade, e “intervencionice” (*Folha*, 14/3/90, B-2: “O desabastecimento (...) resulta da intervencionice governamental (...).”), em que *-ice* altera a subclasse de “intervenção” e lhe adiciona idéia de desapeço.

Parece-me oportuno observar, finalmente, que o sufixo de grau, que não muda nem a classe nem a subclasse da base, tem função praticamente igual à de certos prefixos indicadores de grau. Senão, vejamos: *miniconferência – conferenciazinha, superagitado – agitadoíssimo, hiperativo – ativíssimo, pacotaço – superpacote*, ressalvando-se que o sufixo, como em *conferenciazinha*, vem mais facilmente acrescido de emocionalidade, negativa-

ou positiva, dependendo, para tanto, de fatores contextuais ou situacionais.

Derivação Parassintética

A chamada derivação parassintética consiste no acréscimo simultâneo de prefixo e sufixo a uma base, processo particularmente fértil na formação de verbos. (en- + curral + -ar = encurralar) e menos fértil na de adjetivos (a- + chocolate + -ado = achocolatado). Não se vai discutir aqui o porquê de se falar em “simultaneidade de acréscimo de prefixo e sufixo”. O leitor interessado poderá encontrar argumentos, por exemplo, em Sandmann (1988 e 1989). O fato é que há muitos verbos prefixados em português que expressam, por exemplo, intervenções do homem na natureza (descarnar, desossar, descabelar) e de que se desconhece a forma sem prefixo (*carnar, *ossar, *cabelar), como há muitos adjetivos com o sufixo *-ado* de que se desconhece uma possível formação anterior de verbo: descamisado, abolerado (*Folha*, 3/3/90, A-2: “(...) e o ritmo abolerado da fraseologia (...)”), adamado (qualificação de vinho português, por exemplo), concluindo-se que o acréscimo de prefixo e sufixo são fatos simultâneos.

No que diz respeito à estrutura dessas palavras há naturalmente uma dificuldade maior, eis que se diz que o prefixo é DT da estrutura do vocábulo e o sufixo é DM. Além do mais, essas estruturas são sempre binárias e no caso do vocábulo parassintético os elementos são três: prefixo – base – sufixo. A verdade é que prefixo e base devem ser tomados como um conjunto, uma locução ou sintagma (des- + camisa = “sem camisa”), elemento secundário, o DT da estrutura, a que se junta o sufixo (-ado), núcleo, o DM da estrutura, para formar *descamisado*. No caso do verbo parassintético temos, por exemplo, o sintagma *em- + cano*

mais o sufixo formador de verbo *-ar*: *encanar*. O fato é que o sufixo muda a classe da palavra a que pertence a base (cano), enquanto o prefixo tem apenas função semântica e essa semântica é muitas vezes vaga ou imprecisa, senão inexistente: *a-* + *manhã* + *-ecer* = *amanhecer*; *a-* + *jeito* + *-ar* = *ajeitar*; *a-* + *punhal* + *-ar* = *apunhalar*; *en-* + *doido* + *-ecer* = *endoidecer*.

Derivação regressiva

A existência em português de fatos como *buscar* – (a) *busca*; *implantar* – (o) *implante*; *manejar* – (o) *manejo*, de um lado; e *esfolar* – (a) *esfola*, *esfoladura*, *esfolamento*; *descascar* – (a) *descasca*, (o) *descasque*, *descascação*, *descascadura*, *descascamento*, de outro, levou os gramáticos ou lingüistas a chamar o processo de formação de “*busca*”, “*implante*”, “*manejo*”, “*esfola*”, “*descasca*” e “*descasque*” de derivação regressiva, eis que, diferentemente de “*esfoladura*” e “*esfolamento*”, “*descascação*”, “*descascadura*” e “*descascamento*”, em que há a adição dos morfemas sufixais *-ção*, *-dura* e *-mento*, nesses substantivos deverbais haveria a supressão de sufixo.

Ora, contrariando a tradição, gostaria de sugerir ou propor outra análise, afirmando que não existe derivação regressiva nos substantivos do tipo “*poda*” (de *podar*), “*transplante*” (de *transplantar*) e “*sustento*” (de *sustentar*). Concordando embora que em “*esfola*”, “*encalhe*” e “*manejo*” não há sufixos tão encorpados como em “*esfoladura*”, “*encalhação*” e “*remanejamento*”, gostaria de dizer que também aí há um morfema sufixal aditivo, respectivamente *-a*, *-e* e *-o*. Dois argumentos falam a favor dessa postura. O primeiro é que a vogal final dessas palavras não é sempre igual ao que se chama a vogal temática do verbo: *-a* no

caso de “implantar” e “embarcar”, por exemplo, que têm como deverbais correspondentes “implante” e “embarque”, ou de “arranjar” e “bloquear”, que têm como substantivos pós-verbais correspondentes “arranjo” e “bloqueio”, sendo que em “desova” e “engorda”, por exemplo, a vogal final é igual à vogal temática do verbo: desovar, engordar. Não sendo em geral igual essa vogal final dos deverbais, podemos com mais razão dizer que é um sufixo. Um segundo argumento seria que essa vogal final dos substantivos deverbais não é sempre exigida pela estrutura silábica da língua portuguesa.

Poder-se-ia dizer, por exemplo, que em “engorda” (de engordar) o *-a* é exigido pela estrutura silábica do português, que não permite que o fonema *d* esteja no declive da sílaba. O mesmo se poderia afirmar de “lavra” (de lavar) e “embarque”. Se considerarmos agora que em “embalo” (de embalar), “procura” (de procurar) e “devassa” (de devassar), por exemplo, a vogal final não é exigida pela estrutura silábica, cai por terra o argumento de que a vogal final dos substantivos deverbais é um elemento vazio, de que é um mero complemento vocálico da palavra que não pode terminar em [d], [vr] ou [k]. Deve-se acrescentar, aliás, que se essa vogal fosse um simples fecho vocálico que impedisse palavras com sílabas diferentes das permitidas pela língua, essa vogal seria sempre *-e*, como aconteceu na adaptação de empréstimos ao português: snob – esnobe; club – clube; check – cheque. Se a vogal final dos chamados substantivos pós-verbais não é sempre a mesma vogal que a vogal temática do verbo e se não é sempre simples apêndice vocálico exigido pela estrutura silábica da língua, podemos dizer que é um sufixo formador de substantivos, de substantivos chamados nomes de ação, e isso não obstante seu diminuto corpo fônico. Ora, se essa vogal é um sufixo, ela é o DM, o núcleo da nova palavra, enquanto a base verbal que lhe deu origem é o DT, o adjunto.

CRUZAMENTO VOCABULAR

Os cruzamentos vocabulares são um tipo de composição, distinguindo-se dessa porque seus elementos formadores, todos ou ao menos um, sofrem diminuição de seu corpo fônico. Exemplo em que os dois elementos sofrem redução: Goianobyl (de Goiânia + Cherbonyl); exemplo em que apenas um elemento sofre redução: pescópia (de pesquisa + cópia), expressão irônica para pesquisas escolares que não passam de cópias. Como os compostos de S+S, os cruzamentos vocabulares podem ser copulativos ou determinativos. Quando temos uma adição de elementos do mesmo nível, uma coordenação, temos um cruzamento vocabular copulativo. É o caso de “Suicíndia” (*Folha*, 1/3/89, A-3: “Suicíndia: mistura de Suíça das contas numeradas com Índia das turbas esfaimadas.”), designação irônica para o Brasil, ou de “Jafça” (de Japão + Suíça), designação do país que pensava que tinha o progresso do Japão e a ausência da inflação da Suíça, o Brasil do tempo do Plano Cruzado, e de “Belíndia” (de Bélgica + Índia), o Brasil, país com uma pequena elite – a Bélgica – e uma grande massa de marginalizados.

Quando temos uma adição de dois elementos de nível diferente, uma subordinação, o cruzamento vocabular se diz determinativo. Exemplos seriam “uisquerda” (*Folha*, 2/2/89, B-2: “Uma certa uisquerda ainda não descobriu Friedrich Engels (...).”), em que “esquerda” é o núcleo determinado por “uísqe”, adjunto, e “tucanóptero” (*Folha*, 30/8/89, F-2: “A campanha do PSDB vai ganhar um helicóptero, batizado de tucanóptero.”), de “tucano + helicóptero”, em que o núcleo diminuído *-óptero* é especificado por “tucano”, apelido dos peessedebistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, N. M. de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1961.
- ALVES, I. M. A produtividade do prefixo não- no português contemporâneo. In: *Ciência e Cultura*. 39(11): 1026-8, 1987.
- BACK, E. & MATTOS, G. *Gramática Construtural da Língua Portuguesa*. São Paulo: FTD. 1972.
- BASILIO, M. *Estruturas Lexicais do Português: uma Abordagem Gerativa*. Petrópolis: Vozes. 1980.
- . *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática. 1987.
- . Prefixos: a Controvérsia Derivação/Composição. In: *Cadernos de Lingüística e Língua Portuguesa*, Vol. 1. PUC-RIO, 1989.
- BERGENHOLTZ, H. & SCHAEDEER, B. *As classes de Palavras do Alemão – Tentativa de uma Classificação pelo Critério Sintático*. Stuttgart: Ernst Klett. 1977.

- BERGENHOLTZ, H. & MUGDAN, J. *Introdução à Morfologia*. Kohlhammer. 1979.
- COSTA, I. B. *Processos Morfofonológicos na Morfologia Derivacional*. (inédito).
- CUNHA, C. *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares. 1976.
- HUDDLESTON, R. *Introduction to the grammar of English*. Cambridge: University Press. 1984.
- JACOBSON, R. *Lingüística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix. 1971.
- KEHDI, V. *Morfemas do Português*. São Paulo: Ática. 1990.
- KOCH, I. G. V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto. 1989.
- LASS, R. *Phonology – an introduction to basic concepts*. Cambridge: University Press. 1984.
- MACAMBIRA, J. R. *Português Estrutural*. São Paulo: Pioneira. 1978.
- MARCUSCHI, L. A. *Lingüística de Texto: o que é e como se faz*. Série Debates 1, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1986.
- MATTHEWS, P. H. *Morphology – an introduction to the theory of word-structure*. Cambridge: University Press. 1974.
- . *Syntax*. Cambridge: University Press. 1981.

MATTOSO CÂMARA JR., J. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes. 1970.

———. *Problemas de Lingüística Derivativa*. Petrópolis: Vozes. 1971.

———. *Dicionário de Filologia e Gramática*. Rio de Janeiro e São Paulo: J. Ozon. 1973.

MONTEIRO, J. L. *Morfologia Portuguesa*. Fortaleza: EDUFC. 1987.

ROBL, A. A Versificação nas Cantigas Polêmico-Satíricas do Jorgal Lourenço. In: *Revista Letras* (37) 51-80. 1988.

SAID ALI, M. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos. 1964.

SANDMANN, A. J. O Morfema de Grau: Sufixo Flexional ou Derivacional? In: *Revista Letras* nº 20 (134-147). 1972.

———. *Competência Lexical: Produtividade, Restrições e Bloqueio*. Tese para Professor Titular. 1988.

———. *Formação de Palavras no Português Brasileiro Contemporâneo*. Curitiba: Scientia et Labor. 1989.

ZANOTTO, N. *Estrutura Mórfica da Língua Portuguesa*. Caxias do Sul: EDUCS. 1986.



Este livro foi disponibilizado no site da Editora UFPR
em novembro de 2020.

REPENSANDO A LÍNGUA PORTUGUESA

tem por objetivo a publicação dos principais temas de Lingüística produzidos pelos maiores especialistas brasileiros. Editados de forma agradável, em linguagem clara e objetiva, os livros de REPENSANDO A LÍNGUA PORTUGUESA deverão proporcionar uma biblioteca básica e atualizada para estudantes, professores e demais interessados em nossa língua, seja nas áreas centrais, seja nas áreas de contato com as ciências humanas.

Em MORFOLOGIA GERAL Antônio José Sandmann, professor da Universidade Federal do Paraná, explica o que é Morfologia, qual é a sua posição no elenco das disciplinas centrais da Lingüística, e quais as relações que ela entretém com a Fonologia, a Sintaxe e a Semântica.

O leitor encontrará aqui uma exposição clara, baseada em exemplos colhidos na linguagem escrita do dia-a-dia, preparando-se para uma reflexão mais especializada sobre os processos de derivação, flexão e composição que se desencadeiam no léxico do português brasileiro contemporâneo.

ISBN 978-65-87448-19-0